CESP - Companhia Energética de São Paulo

CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Energia

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2014

I. MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

A Administração da CESP - Companhia Energética de São Paulo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Em 2014, precipitações pluviométricas abaixo da MLT - Média de Longo Termo - afetaram a produção de energia hidrelétrica do país, incluída a da CESP. Pela primeira vez em mais de dez anos, a produção das usinas da CESP, comandada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, ficou abaixo de sua garantia física. A produção hidrelétrica nacional no ano, ficou abaixo da garantia física do Sistema Interligado Nacional, fato que provocou redução da energia disponível para comercialização para todos os geradores.

Em dezembro de 2013 a Companhia participou do leilão de venda e compra de energia, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, tendo vendido 498 MW médios em novos contratos no Ambiente de Contratação Regulado - destinado às Distribuidoras - durante 2014. Dessa forma, em 2014 a CESP comercializou com o mercado regulado um montante de 1.020 MW médios, o que representou uma participação de 40% do total comercializado em contratos no ano.

No Ambiente de Contratação Livre, em 2014, a parcela de energia, referente aos contratos de venda de energia de curto, médio e longo prazo, correspondeu a 1.970 MW médios, constituindo uma participação de 60% do montante total comercializado em contratos no ano.

A liquidação das sobras de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, já considerada a redução devida aos fatores sistêmicos acima descritos, proporcionou um resultado positivo de 282 MW médios, valorados ao PLD - Preço de Liquidação das Diferenças - que, durante boa parte do ano, se manteve elevado e próximo do valor teto estabelecido pela ANEEL. A Companhia também adquiriu do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, 143 MW médios de energia, valorados ao preço da TEO - Tarifa de Energia de Otimização, cuja tarifa visa cobrir os custos variáveis para sua produção.

A combinação entre incremento de receitas (crescimento de 24%) e rígido controle de custos e despesas, resultou em aumento de 31% na geração de caixa medida pelo método EBITDA Ajustado, em relação ao ano anterior, alcançando R$ 4.017 milhões.

Durante 2014, a CESP operou a Usina Três Irmãos no regime de cotas até o dia 10 de outubro, quando se iniciou a concessão ao novo operador daquela usina, a TIJOÁ Participações e Investimentos S/A que, a partir dessa data, assumiu a responsabilidade pela sua operação.

Anteriormente, em 9 de julho de 2014, a CESP ingressou na Justiça Federal, em Brasília, com Ação de Procedimento Ordinário com Pedido de Tutela Antecipada, em face da União, pleiteando o recebimento de indenização pelos investimentos realizados e ainda não amortizados, em vista da reversão dos bens e instalações da referida usina. Paralelamente, pleiteou e em 27 de novembro, o Juiz estabeleceu, em decisão que ainda cabe recurso, que a CESP tem direito a receber o valor considerado incontroverso, em parcelas mensais durante sete anos, enquanto discute o montante total de indenização a receber.

Por outro lado, tendo os acionistas da CESP, reunidos em assembleia realizada em 03 de dezembro de 2012, decidido pela não renovação das concessões na forma oferecida pela Medida Provisória n° 579, de 11 de setembro de 2012 (posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 14/01/2013), a CESP continuará a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupiá, cujo termo final da concessão se dará em julho de 2015.

As Usinas de Porto Primavera (vencimento da concessão em maio de 2028), Paraibuna (março de 2021) e Jaguari (maio de 2020) não foram abrangidas pela MP n° 579 e continuarão a ser operadas normalmente pela CESP.

A Administração da Companhia entende que, nos termos de seu Contrato de Concessão, a Companhia tem direito de ser indenizada pelo valor dos ativos ainda não depreciados, sendo que há divergências entre o valor dos registros da CESP e o calculado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE para fins de indenização. Em vista da discrepância de valores, e cumprindo as normas internacionais de contabilidade, a Companhia provisionou a diferença e continuará a discutir os seus direitos judicialmente, caso necessário.

A Companhia encerra o exercício de 2014 com Lucro Líquido de R$ 560,1 milhões, e considerando a realização de reservas e os ajustes de avaliação patrimonial, está oferecendo a seus acionistas dividendos, conforme expresso na Nota Explicativa 22.6 - Proposta de Destinação do Resultado, nos termos da Proposta que seu Conselho de Administração está levando à deliberação dos Senhores Acionistas em Assembleia Geral prevista para o próximo dia 27 de abril.

II. A CESP E SEU MERCADO

A CESP possui um parque gerador exclusivamente hidráulico, formado por cinco usinas hidrelétricas: Ilha Solteira (3.444 Megawatts - MW), Engenheiro Souza Dias (Jupiá - 1.551,2 MW), Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera - 1.540 MW), Paraibuna (87,02 MW) e Jaguari (27,6 MW), totalizando 6.649,82 MW de capacidade instalada. A concessão da UHE Três Irmãos (807,5 MW) foi objeto de leilão realizado em 28 de março de 2014, sendo a usina transferida para o novo controlador em 10 de outubro de 2014.

Esta capacidade instalada posicionou a Companhia em sexto lugar entre as empresas de geração do país e lhe atribuiu 3.698,5 MW médios de garantia física. Este montante constituiu a quantidade de energia que a CESP pôde comercializar contratualmente como participante do Mecanismo de Realocação de Energia (mecanismo de compartilhamento do risco hidrológico que está associado à otimização do sistema hidrotérmico, realizada por meio de despacho centralizado).

Nesse contexto, a CESP comercializa sua energia nos seguintes mercados:

Ambiente de Contratação Regulado - ACR: mediante os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) firmados com distribuidoras.

Ambiente de Contratação Livre - ACL: mediante os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEEs) de curto, médio e longo prazo, negociados com as empresas comercializadoras, geradoras e consumidores livres.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: onde as diferenças entre a energia produzida, a garantia física e a energia contratada são contabilizadas e liquidadas financeiramente.

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A produção de energia elétrica das usinas da CESP é programada e executada de acordo com os Procedimentos de Rede e sob a coordenação do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, garantindo-se a preservação de seus ativos e o cumprimento de suas obrigações sociais e ambientais. A busca da eficiência na produção se baseia na associação dos recursos fundamentais de disponibilidade, recursos hídricos e oportunidades de alocação de produção no Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 2014, a CESP produziu 3.215 MW médios (13% abaixo de sua garantia física) que corresponderam a aproximadamente 5% da energia elétrica gerada no Brasil.

Em MW médio	2008	2009	2010	2011	2012	2013*	2014
Produção	4.683	4.547	4.674	4.687	4.822	3.961	3.215
Garantia Física	3.916	3.916	3.916	3.916	3.916	3.773	3.699

** Contempladas a produção e a garantia física da UHE Três Irmãos até 17/04/2013*

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A garantia física da CESP no ano de 2014 (3.698,5 MW médios), após a dedução do consumo interno das usinas e das perdas até o centro de gravidade do sistema, resultou numa garantia física líquida de 3.606 MW médios. Essa garantia física líquida foi comercializada **(i)** no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, com 44 empresas distribuidoras e **(ii)** no Ambiente de Contratação Livre - ACL, negociados com 11 clientes livres, 11 comercializadoras e 1 geradora. As diferenças entre a energia produzida, a garantia física e a energia contratada foram contabilizadas e liquidadas na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADO - ACR

Em 2014, a CESP destinou às distribuidoras de energia elétrica o montante de 1.020 MW médios, o que representou uma participação de 40% do total comercializado em contratos no ano.

Em relação ao ano de 2013, houve uma redução nas vendas no Ambiente de Contratação Regulada - ACR em 35,2%, devido ao vencimento dos contratos do segundo produto (2006-2013) do leilão de energia existente realizado em 2005.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE - ACL

Nesse segmento de mercado, em 2014 a parcela de energia referente aos contratos de venda de energia de curto, médio e longo prazo correspondeu a 1.970 MW médios, constituindo uma participação de 60% do montante total comercializado em contratos no ano.

Em comparação ao ano de 2013, houve um aumento nas vendas no Ambiente de Contratação Livre - ACL de 16,6% devido à disponibilidade de energia elétrica para venda pela CESP após o encerramento dos CCEARs referentes ao leilão de 2005.

RESULTADOS DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Em 2014, a CESP comercializou em contratos 2.990 MW médios, o que significou uma redução de 11,6% em relação ao ano de 2013. Apesar da hidrologia desfavorável no ano de 2014 - que afetou grande parte das usinas hidrelétricas do SIN - Sistema Interligado Nacional e que levou à geração abaixo da garantia física - a liquidação das sobras de energia na CCEE, já considerado o montante abatido por tais fatores sistêmicos, proporcionou um resultado positivo de 282 MW médios, valorados ao PLD - Preço de Liquidação das Diferenças. A Companhia também recebeu do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia 143 MW médios de energia, valorados ao preço da TEO - Tarifa de Energia de Otimização.

FATURAMENTO

Os valores informados neste tópico referem-se exclusivamente à atividade de comercialização de energia realizada pela Companhia.

O faturamento da CESP com a comercialização de energia foi de R$ 5.455 milhões, sendo R$ 3.714 milhões em contratos bilaterais nos ambientes de contratação regulada e livre, R$ 1.670 milhões na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e R$ 71 milhões pela operação e manutenção da UHE Três Irmãos sob o regime de cotas de garantia física.

Esse resultado com a venda de energia representou um aumento de 23,5% sobre os R$ 4.417 milhões auferidos no ano de 2013.

RECEITAS OBTIDAS NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA - ACR:

A CESP faturou R$ 1.516 milhões em CCEAR - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado com 44 distribuidoras.

Esse faturamento total no ACR representa uma redução de 7% sobre o verificado no ano de 2013, apesar da diminuição bem maior do montante de energia vendida nesse ambiente, que foi compensada pelos reajustes anuais dos contratos e, principalmente, pelos valores obtidos com os produtos vendidos no leilão de energia existente realizado em dezembro de 2013 (produtos para 2014).

RECEITAS OBTIDAS NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE - ACL:

Neste ambiente, o faturamento total correspondeu a R$ 2.198 milhões em contratos bilaterais de longo, médio e curto prazos, onde foram atendidos 23 clientes, sendo 11 consumidores livres, 11 comercializadoras e 1 geradora.

O faturamento no ACL apresentou um importante crescimento de 18,3% sobre o verificado no ano de 2013, influenciado tanto pelo comportamento do PLD no ano como pelo aumento da participação do ACL na carteira de contratos da CESP.

RECEITAS OBTIDAS COM A ENERGIA LIQUIDADA NA CCEE:

A receita obtida pela Companhia na CCEE totalizou R$ 1.670 milhões, incluindo o Mercado de Curto Prazo - MCP e o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, aumento de 92,1% sobre o verificado no ano de 2013.

III. SISTEMA ELÉTRICO DA CESP

A CESP tem garantido o atendimento dos compromissos comerciais da Companhia, conciliando-o às exigências regulatórias de Disponibilidade (Resolução ANEEL nº 614/2014) e Sistêmicas (necessidades de geração para atender à demanda sistêmica), dentro de princípios de economicidade.

A eficiência das usinas do SIN - Sistema Interligado Nacional é apurada pelo ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico por meio do Índice de Disponibilidade (ID), calculado por meio da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada Apurada (TEIFa) e da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (TEIP) definidas pela ANEEL.

A CESP tem superado os valores de referência estabelecidos pela ANEEL para as suas usinas, cuja média ponderada para o ID (determinada com base na garantia física) é 0,896. Em 2014, o valor apurado foi 0,929, e em 2013, foi 0,925.

Com relação à Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada apurada (TEIFa), que expressa a confiabilidade operacional, a CESP tem superado o valor de referência de 0,0252 medido através da média ponderada dos valores de referência estabelecidos pela ANEEL para as usinas. Em 2013, o valor apurado foi 0,0101, e em 2014, foi 0,0097.

IV. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A CESP, ciente da responsabilidade que lhe cabe, tem buscado alinhar-se ao esforço de contribuir com o avanço das práticas sustentáveis, tendo incorporado ao seu cronograma de trabalho atividades sintonizadas com essa temática. Dentre elas, merecem destaque:

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

A CESP é signatária da Declaração Internacional sobre Produção Mais Limpa do PNUMA tendo encaminhado o seu Plano Preliminar de Implementação, especificando as ações pelas quais planeja tornar concretos os princípios da Declaração, o princípio da "Liderança", da "Conscientização, Educação e Formação", da "Integração", da "Pesquisa e Desenvolvimento" e o princípio da "Transparência".

CDP - *Driving Sustainable Economies*

Desde 2007, a CESP responde o questionário do *Driving Sustainable Economies,* antigo *Carbon Disclosure Project (CDP),* o que colaborou para a reflexão sobre o tema "alterações climáticas" na Companhia. O Programa de Mudanças Climáticas e Sequestro de Carbono, a tradição na publicação anual do inventário de gases de efeito estufa (GEE), a gestão das oportunidades e os projetos de pesquisa e desenvolvimento, são os pontos de destaque em mudanças climáticas.

A CESP é uma Companhia de baixa intensidade de carbono, que produz energia elétrica exclusivamente a partir de usinas hidrelétricas, em bacias hidrográficas consideradas de baixa influência frente às mudanças climáticas e com potenciais oportunidades em uma futura economia de baixo carbono.

Ecotime

Os Ecotimes são grupos multidisciplinares, compostos por colaboradores de diversas áreas da CESP, cujo propósito é contribuir com o aprimoramento de alguns processos ambientais presentes na Companhia. Com a formação dos grupos de Porto Primavera e na sede administrativa, todas as unidades da Companhia passaram a possuir seus respectivos Ecotimes. A atuação destes grupos tem priorizado os seguintes temas: saúde e segurança do trabalho (em parcerias com as CIPAs - Comissões Internas de Prevenção de Acidentes); consumo consciente de água e energia; gestão de resíduos sólidos; realização de campanhas para reciclagem e doação de calçados, óleo vegetal, filmes de radiologia, entre outros materiais.

Relatório de Sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade da CESP, elaborado em base às diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), atualmente o mais difundido em todo o mundo, é uma iniciativa que visa aproximar cada vez mais a Companhia de suas partes interessadas por meio da divulgação do compromisso com o desenvolvimento sustentável. O Relatório de Sustentabilidade fornece a todas as partes interessadas, informações sobre o desempenho, políticas ambientais, sociais e de governança da companhia.

Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental da ANEEL

A Empresa divulga o seu Relatório de Responsabilidade Socioambiental, reforçando o compromisso com a transparência na prestação de contas para a sociedade. Nosso relatório segue as diretrizes do "Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica", da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica e apresenta o "Balanço Social" proposto pelo IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

Manual Socioambiental

Os procedimentos relacionados a questões socioambientais adotados pela CESP durante o período chuvoso, principalmente em razão de elevação das vazões, foram reunidos neste manual que passa a ser parte integrante dos manuais do SOSEm - Sistema de Operação em Situação de Emergência. Este manual visa a segurança das barragens, reservatórios, empregados e das comunidades do entorno das usinas.

Manual do Fornecedor

O Manual do Fornecedor, disponibilizado em 2012 no site da CESP, estabelece os valores, princípios e diretrizes que orientam o relacionamento com os fornecedores. Também divulga a Política de Suprimentos da CESP e demais políticas empresariais da Companhia.

Política de Segurança da Informação

Seguem ativos os serviços de hospedagem externa do ambiente tecnológico para replicação de dados e recuperação de desastres e continuidade de seus negócios em caso de sinistro. Estas medidas também visam assegurar a permanência da CESP no Nível 1 da Governança Corporativa.

Gestão dos Ativos

Iniciado o monitoramento e supervisão dos ativos e aplicativos tecnológicos visando garantir os níveis de serviços da rede corporativa.

Gestão de Conteúdo Empresarial (ECM - *Enterprise Content Management*)

Implantação do sistema de gerenciamento integrado de documentos - CESPDoc, para cadastramento e controle de documentos emitidos e recebidos, e continuidade da implementação do sistema de gerenciamento de documentos com digitalização e indexação destes para consulta parametrizada e preservação.

V. RESPONSABILIDADE SOCIAL

DIVERSIDADE

A CESP vem renovando, desde 2010, o Selo Paulista da Diversidade, na Categoria Pleno, outorgado pelo Governo do Estado de São Paulo. Esse selo reflete a política de não exclusão no que tange as diferenças raciais, sociais, sexuais, ideológicas, religiosas, entre outras.

Em 2014 foram realizadas diversas ações relacionadas a esta certificação, envolvendo as seguintes atividades: Palestras e debate sobre a "Diversidade Cultural entre os Povos do Mundo (V Semana Interna da Diversidade (SIDI)); Sensibilização dos empregados nas datas comemorativas do Dia Internacional contra a Discriminação Racial; Dia do Índio; Dia Internacional da Terceira Idade, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência; Dia Internacional da Mulher e a realização de Culto Ecumênico no final do ano, dentre muitas outras ações que difundiram este comprometimento da Companhia entre todos os empregados.

AÇÕES SOCIAIS

***Website* Acessível a Deficientes Visuais**

A CESP mantém o seu *website* corporativo, inclusive o módulo de Relações com Investidores, provido de recursos que permitem acesso a deficientes visuais que disponham de softwares do tipo leitores de telas em seus computadores e queiram conhecer a Companhia ou se utilizem de alguma página como ferramenta de trabalho.

Instituto Criança Cidadã (ICC)

A CESP deu continuidade à sua participação como empresa mantenedora fundadora do Instituto Criança Cidadã - ICC, contribuindo com o funcionamento das 16 unidades educacionais da instituição. Soma-se ao apoio financeiro, o trabalho voluntário dado por empregados que auxiliam a instituição com orientação técnica e administrativa.

Como em anos anteriores, o ICC, entidade educacional que tem a história de seus projetos iniciada pela CESP em 1987, apresentou, em 2014, importantes ações e conquistas, que permitiram a renovação do reconhecimento da entidade como Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal.

Em 2014, mais de 7.000 pessoas, entre crianças, jovens e adultos, todos moradores de comunidades carentes das regiões leste, sul e oeste da capital e do município de Guarulhos foram beneficiados dentro dos quatro projetos da instituição: Transmitindo Cidadania, Gerando Talentos, Manancial de Produção e Nossa Comunidade. O ICC assegura alimentação balanceada, supervisionada por nutricionista; apoio integral ao desenvolvimento da criança, desenvolvido por uma equipe multidisciplinar de saúde; educação infantil básica, arte educação e educação para o trabalho, oferecida por educadores, coordenadores e diretores educacionais, e atividades voltadas ao esporte e lazer, ao desenvolvimento comunitário e à geração de renda.

Inclusão Social de Aprendizes

A inclusão social dos aprendizes, promovida pelo Programa de Aprendizagem Profissional da CESP, tem por objetivo preparar não só bons profissionais, mas principalmente, melhores cidadãos para o Brasil.

O programa compreende ações voltadas para os aprendizes e seus familiares, realizando, dentre outras atividades, palestras e dinâmicas com os aprendizes. Em 2014 foi tema de workshop com os jovens, comportamentos relacionados ao ambiente organizacional, como postura profissional, absenteísmo, atrasos, relacionamento interpessoal, assédio moral e sexual, bem como autoestima, dentre outros.

Visitas às unidades de produção

Em 2014, 60.540 pessoas visitaram as unidades de produção da CESP. Estudantes, engenheiros e técnicos têm nessas visitas a oportunidade de saber como é o funcionamento de uma usina hidrelétrica e também tomam conhecimento dos vários programas desenvolvidos pela Empresa na busca do conhecimento e da conservação da fauna e da flora nativas. No caso da Usina Engenheiro Sergio Motta, os visitantes entram em contato com aspectos da cultura regional no Museu da Memória Regional.

VI. BALANÇO SOCIAL

1 - Base de Cálculo	2014 Valor (Mil reais)			2013 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	4.856.023			3.904.102		
Lucro Operacional Bruto (LOP)	3.585.741			2.554.728		
Folha de pagamento bruta (FPB)	198.454			237.754		
2 - Indicadores Sociais Internos	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	8.600	4,33%	0,18%	8.992	3,78%	0,23%
Encargos sociais compulsórios	41.829	21,08%	0,86%	48.085	20,22%	1,23%
Previdência privada	8.344	4,20%	0,17%	9.768	4,11%	0,25%
Saúde	14.114	7,11%	0,29%	14.224	5,98%	0,36%
Capacitação e desenvolvimento profissional	946	0,48%	0,02%	1.078	0,45%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	37	0,02%	0,00%	30	0,01%	0,00%
Outros	151	0,08%	0,00%	31	0,01%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	74.021	37,30%	1,52%	82.208	34,58%	2,11%
3 - Indicadores Sociais Externos	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	3.155	0,09%	0,06%	3.508	0,14%	0,09%
Cultura	7.314	0,20%	0,15%	6.033	0,24%	0,15%
Esporte	1.200	0,03%	0,02%	1.344	0,05%	0,03%
Outros	158.726	4,43%	3,27%	184.854	7,24%	4,73%
Total das contribuições para a sociedade	170.395	4,75%	3,51%	195.739	7,66%	5,01%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.146.640	31,98%	23,61%	737.980	28,89%	18,90%
Total - Indicadores sociais externos	1.317.035	36,73%	27,12%	933.719	36,55%	23,92%
4 - Indicadores Ambientais	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	34.560	0,96%	0,71%	27.425	1,07%	0,70%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	3.836	0,11%	0,08%	4.508	0,18%	0,12%
Total dos investimentos em meio ambiente	38.396	1,07%	0,79%	31.933	1,25%	0,82%
5 - Indicadores do Corpo Funcional		**2014**			**2013**	
Nº de empregados(as) ao final do período		922			1.038	
Nº de admissões durante o período		20			14	
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		0			0	
Nº de estagiários(as)		17			20	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		727			750	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		143			150	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		7,14%			8,33%	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		210			222	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		0,001%			1,67%	
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		11			12	
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		**2014**			**Metas 2015**	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		20,22			20	
Número total de acidentes de trabalho		8			0	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(X) organizará e incentivará
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2014: 2.593.248**			**Em 2013: 1.549.548**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	46% governo 6% colaboradores(as) 22% acionistas 26% terceiros 0% retido			51% governo 13% colaboradores(as) -13% acionistas 49% terceiros 0% retido		
7 - Outras Informações						
A distribuição do valor adicionado não contempla o ajuste ao lucro e consequente revisão do resultado a ser distribuído aos acionistas						

continua →

continuação

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2014

VII. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Lei Federal nº 9.991, de 24 de julho de 2000, determina a aplicação de 1% (um por cento) da receita operacional líquida anual em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), conforme dispõe a Subcláusula Oitava da Cláusula Sexta do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 003/2004 - ANEEL/CESP.

Para atendimento a esses dispositivos, a CESP recolheu em 2014, a título de Pesquisa e Desenvolvimento, R$ 19,39 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e R$ 9,69 milhões ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Ainda em complemento a esses dispositivos, a CESP mantém um Programa de P&D que, desde o seu início, já investiu cerca de R$ 74,80 milhões em 76 projetos próprios e 12 estratégicos.

- 76 Projetos Próprios, dos quais 53 foram encerrados e 23 continuam em andamento;
- 12 Projetos Estratégicos, sendo que 7 se encontram em andamento, e 5 finalizados.

No ano de 2014 a CESP realizou Workshops para avaliar propostas de projetos visando compor sua Carteira de Investimentos em P&D para esse exercício. Dos projetos próprios aprovados, quatro tiveram sua execução iniciada nesse período, totalizando um investimento de R$ 27,42 milhões.

VIII. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Desde julho de 2006 a CESP integra o Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, que se constitui em um conjunto de regras que disciplina as relações entre o acionista controlador, o Conselho de Administração, a diretoria executiva, demais acionistas e, em especial, o mercado financeiro que é provido de informações com qualidade, agilidade e transparência. Além dos procedimentos exigidos pelo Nível 1 de governança corporativa, a CESP adotou, adicionalmente, as seguintes práticas de governança corporativa, incorporadas ao seu Estatuto Social:

- Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA para dirimir dúvidas de caráter societário;
- *Tag Along* - Direito aos acionistas detentores de ações preferenciais classe B (CESP 6) ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago ao acionista controlador, na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Conselho de Administração composto por 20% de conselheiros independentes.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A CESP dispõe de uma área de relações com investidores (RI) que coordena a distribuição das informações ao mercado financeiro em geral, investidores, analistas de mercado, instituições financeiras, órgãos reguladores e fiscalizadores, por meio das teleconferências dos resultados trimestrais, reunião pública anual, *website* corporativo, módulo do RI (http://ri.cesp.com.br); *e-mail* ricesp@cesp.com.br e *mailing list*. No decorrer de 2014 foram realizados cerca de 40 eventos com analistas de mercado e investidores.

A CESP é acompanhada por 14 analistas de mercado, tendo presentemente 1 (uma) recomendação de compra, 4 recomendações de manutenção e 9 recomendações de venda.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por até 15 integrantes, sendo pelo menos 20% de conselheiros independentes, eleitos para um mandato de 2 anos. Os acionistas preferencialistas elegem um membro separadamente, assim como os empregados da Companhia. Na AGO de 2013, os acionistas elegeram 10 conselheiros, sendo 2 independentes.

Nos últimos meses, nosso Conselho de Administração passou por mudanças importantes. Depois de 3 anos, o presidente do Conselho José Aníbal Peres de Pontes renunciou ao seu mandato, tendo sido substituído pelo Sr. Marco Antônio Mroz, eleito na AGE de 09.06.2014. Em agosto, o acionista controlador indicou mais um membro para o nosso colegiado - o Sr. Adriano José Pires Rodrigues, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura e Energia - CBIE e reconhecido como um dos maiores especialistas em energia no país.

Como evento subsequente, foram eleitos em 26/01/2015 os Srs. João Carlos de Souza Meirelles e Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, elevando para 13 o número de conselheiros da CESP. O Sr. Meirelles assumiu então a presidência do Conselho de Administração.

O mandato de todos os conselheiros expira na AGO de 2015.

Nosso estatuto determina a realização de reuniões mensais do Conselho de Administração. Em 2014 realizamos 12 reuniões presenciais e 2 (duas) reuniões por meios eletrônicos. O nível de presença dos conselheiros foi de 92,2%, sendo que o conselheiro menos assíduo teve 4 faltas, todas devidamente justificadas. Nenhum conselheiro faltou a duas reuniões consecutivas.

É relevante registrar que em 2014 demos início a estudo para a elaboração de um regimento interno para o Conselho de Administração, pautado pelas melhores práticas de Governança Corporativa.

DIRETORIA

A Diretoria, com reuniões semanais, é composta de um diretor presidente e das seguintes diretorias: Geração de Energia Elétrica, Engenharia e Construções, Financeira e de Relações com Investidores e Administrativa.

Em 04 de abril de 2014 nosso Diretor Presidente, Sr. Mauro Guilherme Jardim Arce, afastou-se de suas atribuições, voltando a exercer o cargo em 16 de janeiro de 2015. Neste período a presidência foi ocupada interinamente por nosso Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. Almir Fernando Martins.

Em 16 de janeiro de 2015 nosso Conselho de Administração deliberou pela alteração do Diretor Administrativo, tendo o Sr. Marcio Rea assumido o cargo.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é constituído por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos anualmente em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, sendo dois representantes dos acionistas minoritários. O mandato dos Conselheiros Fiscais é unificado de um ano, podendo ser reeleitos. As reuniões do Conselho Fiscal ocorrem pelo menos uma vez ao mês.

CÓDIGO DE CONDUTA

A CESP implantou seu Código de Conduta em 2008, tendo introduzido canais de comunicação por meio dos quais são recebidas as representações que são submetidas ao Comitê de Conduta. É do Comitê de Conduta a tarefa de analisar os pedidos de supostas violações ao referido Código que, se constatadas, são remetidos à Alta Administração para aplicação das medidas julgadas pertinentes.

POLÍTICA SOCIAL EMPRESARIAL

A Política Social Empresarial da Companhia está baseada em 8 princípios e 10 diretrizes que fundamentam as práticas consagradas na Companhia. Torna explícito o compromisso da CESP com a garantia dos direitos humanos, valorização da diversidade, proibição do trabalho infantil e com a responsabilidade social empresarial. Essas práticas são fatores importantes de competitividade para os negócios da Companhia, na relação com os acionistas, credores, clientes, empregados, parceiros, colaboradores, comunidade, governo e sociedade em geral.

POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO PRÓPRIA

Em 2011, o Conselho de Administração aprovou a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão Própria, que estabelece as regras pelas quais as pessoas vinculadas, definidas na Política, devem se pautar para negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia.

POLÍTICA DE DIVIDENDOS

O Conselho de Administração aprovou, também em 2011, a Política de Dividendos, que define os períodos e os critérios adotados para o pagamento de dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio. A Política está baseada nas regras do Estatuto Social e enfatiza o papel do Conselho de Administração na condução dessa Política.

POLÍTICA DE CONVERSÃO DE AÇÕES PNA

O Conselho de Administração aprovou, em 2013, a Política de Conversão de Ações PNA, que define os períodos e os critérios adotados para a conversão das ações preferenciais classe "A". A Política está baseada no artigo 5º do Estatuto Social e tem por objetivo estabelecer as regras que deverão ser observadas para a conversão das ações preferenciais classe "A" (PNA) em ações ordinárias (ON) e/ou em ações preferenciais classe "B" (PNB).

GESTÃO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos corporativos é constituída pelo Comitê de Riscos, Coordenadoria de Gestão de Riscos e Gestores de Riscos Descentralizados.

Comitê de Riscos

Coordenado pela Presidência e composto pelos diretores e gerentes da Coordenadoria Executiva da Presidência e do Departamento de Auditoria Interna, o Comitê orienta a administração na definição das diretrizes e estratégias para a gestão, avaliação e controles de riscos, acompanhamento dos planos de ação apresentados pelos gestores da Companhia, bem como no direcionamento das atividades realizadas pela Coordenadoria de Gestão de Riscos.

Coordenadoria de Gestão de Riscos

Compete à Coordenadoria gerenciar as ações para identificação, avaliação e monitoramento dos riscos e comunicação periódica ao Comitê de Riscos. Compete, ainda, orientar os gestores da Companhia quanto à metodologia de autoavaliação de controle, visando garantir a eficiência dos controles que mitiguem os riscos mapeados, bem como assessorar a Presidência, Comitê de Riscos e demais *stakeholders* em assuntos relacionados à gestão de riscos e controles.

Gestores de Riscos Descentralizados

Formado por representantes indicados pelas diretorias, os Gestores de Riscos Descentralizados auxiliam os gerentes das diversas áreas da corporação na identificação, avaliação, controle, monitoramento aos riscos inerentes aos objetivos em suas esferas de responsabilidades, sendo apresentados os planos de ação ao Comitê de Riscos para as providências julgadas necessárias. Compete aos gestores, posicionarem periodicamente à Coordenadoria de Gestão de Riscos e sua Diretoria de subordinação sobre os riscos e controles inerentes a responsabilidade de sua atuação.

OUVIDORIA

A CESP, integrando-se ao Sistema das Ouvidorias do Governo do Estado de São Paulo, disponibiliza em seu *website* um canal de relacionamento com a finalidade de acolher, esclarecer e responder toda e qualquer manifestação de interesse do cidadão dentro da Companhia. Atua como instância final na sua defesa, inclusive provocando ações de transformação interna visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Companhia. Em 2014, a Ouvidoria da CESP registrou 69 manifestações. Desse total, 37 referem-se a solicitação de informações, representando cerca de 54% da demanda da Ouvidoria. Entre os principais temas destacaram-se as orientações e esclarecimentos de dúvidas relativas a assuntos de recursos humanos, tais como, solicitações de documentos por ex-empregados e informações sobre aposentadoria. Foram 14 manifestações, cerca de 20% do total da demanda.

Pedidos de esclarecimentos sobre assuntos relativos à área de Patrimônio da Companhia, como escritura de imóveis, informações sobre propriedades e assuntos referentes ao uso e ocupação das bordas de reservatórios, totalizaram 9 manifestações, que correspondem a 13% das solicitações recebidas pela Ouvidoria. Algumas manifestações classificadas como "Reclamação", as quais são reincidentes, relacionam-se principalmente à insatisfação com as empresas de Distribuição de Energia Elétrica, tais como falta constante de energia, queima de aparelhos eletrodomésticos e não atendimento de reclamações feitas a essas companhias. Nestes casos, a Ouvidoria informa que o negócio da CESP é a Geração de Energia Elétrica e direciona o cidadão para as concessionárias de distribuição.

IX. MERCADO DE CAPITAIS

A situação econômica financeira da CESP não exigiu que a Companhia recorresse, em 2014, ao mercado de capitais em busca de captações.

O Exigível Total apresentou leve acréscimo de 3,4%, passando de R$ 5.857,4 milhões em 2013 para R$ 6.058,8 milhões em 2014.

As disponibilidades da Companhia ao final do exercício de 2014 atingiram R$ 2.427,9 milhões, um aumento de 189,2% se comparado ao exercício de 2013.

Em 18 de abril de 2013 a Standard & Poor's elevou os *ratings* de crédito corporativo da Companhia, de 'BB' para 'BB+' na escala global e de 'brAA-' pra 'brAA+' na escala nacional. De acordo com o comunicado da S&P, os fluxos de caixa futuros são menos incertos após a decisão da CESP de não renovar os contratos de concessão para as usinas hidrelétricas de Jupiá, Ilha Solteira e Três Irmãos, resultando em um melhor perfil de risco financeiro.

Em maio de 2014, a Standard & Poor´s elevou novamente o *rating* da CESP, passando de 'BB+' para 'BBB-' na escala global e de 'brAA+' para 'brAAA' na escala nacional, desta vez fundamentada na expectativa de que a Companhia continuará amortizando sua dívida, dada a forte geração de fluxo de caixa operacional nos próximos anos.

Na mesma linha, em 20 de Fevereiro de 2015 a Moody's Investors Service manteve o *rating* de crédito da CESP em Baa3 (considerado grau de investimento).

AÇÕES DA CESP NA BM&FBOVESPA

Apesar de 2014 ter sido um ano de baixo desempenho econômico, as ações da CESP apresentaram valorização acima do IEE - Índice de Energia Elétrica, principalmente pelo volume de energia descontratada e bons preços no mercado de curto prazo.

Assim, as ações Preferenciais Classe B (CESP6) que representam 64,3% do capital total da Companhia e que são as mais negociadas, tiveram uma valorização de 19,5% no ano de 2014, com cotação ao final do exercício de R$. 26,81. O volume negociado de CESP6 em 2014 atingiu a média diária de R$ 28,6 milhões, com 4.098 negócios, comparado com R$ 19,6 milhões e 3.266 negócios em 2013. As ações Ordinárias (CESP3), que representam 33,3% do capital, encerraram o ano com valorização de 12,6%, cotadas a R$ 22,40. O volume negociado de CESP3 em 2014 atingiu a média diária de R$ 136 mil, com 10 negócios, comparado com R$ 75 mil e 8 negócios em 2013. As Preferenciais Classe A (CESP5), que representam 2,4% do capital, apresentaram alta de 13,6% e foram negociadas a R$ 25,20, no último dia do ano. O volume negociado de CESP5 em 2014 atingiu a média diária de R$ 43 mil, com 6 negócios, comparado com R$ 24 mil e 3 negócios em 2013.

O IEE encerrou o ano de 2014 com aumento de 3,5% e o IBOVESPA apresentou desvalorização de 2,9%.

X. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

As receitas operacionais no ano de 2014 alcançaram R$ 5.463,6 milhões, com crescimento de 23,6% em relação a 2013, resultado obtido, principalmente, pela: (i) recolocação, no mercado livre, a preços melhores, de volumes de energia anteriormente contratados com o mercado regulado, vendidos em contratos de 8 anos que venceram em dezembro de 2013, denominados Produto 2006-2013; e (ii) liquidação de volumes na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, por força da quantidade descontratada e dos Preços de Liquidação das Diferenças - PLD's praticados em 2014, superiores aos de 2013 (Notas 23.2 e 23.3).

Este crescimento foi propiciado pela decisão prudencial da Administração que, em vista da situação crítica e de incertezas do setor elétrico nacional, optou por manter descontratados 616 MW médios de sua garantia física.

Não obstante, fomos impactados negativamente pela deterioração da situação hídrica do país, que levou o GSF (*Generation Scaling Factor* brasileiro) a níveis de 0,819, atingindo uma média de 0,906 no ano. Tal fato reduziu a garantia física de todos os geradores hidráulicos do país. Nesse contexto, a CESP deixou de auferir receitas que, calculadas hipoteticamente a preços de PLD - Preço de Liquidação de Diferenças poderiam representar cerca de R$ 2 bilhões.

As deduções à receita operacional totalizaram R$ 607,5 milhões, com aumento de 17,6% em relação a 2013, elevaram a Receita Operacional Líquida a R$ 4.856,0 milhões, um crescimento de 24,4% sobre 2013.

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R$ 1.270,3 milhões, com redução de 5,9%, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação (Nota 24).

O Custo com Energia Elétrica cresceu 1,2%, devido, principalmente, ao acréscimo em Encargos do Sistema de Transmissão, ocasionado pelo aumento das tarifas em 2014, e à redução da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, ocasionada pela diminuição da produção de energia, comandada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

O Custo com Operação reduziu-se em 10,1%, principalmente em decorrência da redução da despesa de depreciação pelo término da exploração econômica da UHE Três Irmãos pelo regime de preço; a Companhia calculou a depreciação da usina até abril de 2013 e transferiu o valor residual contábil do ativo imobilizado para a conta de Ativo disponível para reversão, no ativo não circulante (Nota 30). Houve, ainda, reduções nas rubricas Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19 e provisão para o Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA.

A combinação das receitas e dos custos possibilitou à CESP apresentar um Lucro Operacional Bruto de R$ 3.585,7 milhões no exercício de 2014, representando um aumento de 40,4% em relação ao exercício anterior.

As Despesas Gerais e Administrativas reduziram-se em 11,4%, decorrente, principalmente, do decréscimo nas despesas com pessoal e serviços de terceiros. As Outras Despesas Operacionais aumentaram pelo incremento em provisões para riscos legais de natureza trabalhista, em contraposição à reversão de provisão para perdas estimadas de créditos.

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas incluem, principalmente, a Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) referente às Usinas Ilha Solteira e Jupiá no valor de R$ 1.997,3 milhões (Nota 12.5), de modo que o Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro alcançou R$ 1.014,8 milhões, 496,1% acima do resultado de 2013 (Nota 24.2).

Em decorrência das receitas e despesas operacionais em 2014, o EBITDA Ajustado pela provisão referente *impairment* das UHEs Ilha Solteira e Jupiá (não caixa) totalizou R$ 4.017,3 milhões, representando um aumento de 31,2% quando comparado ao exercício anterior, conforme adiante demonstrado.

O Resultado Financeiro registrou R$ 132,3 milhões negativos (redução de 68,7%, Nota 25). As Receitas Financeiras tiveram crescimento de 97,6% e alcançaram R$ 259 milhões, pelo aumento em rendimentos de aplicações financeiras e atualizações sobre compras de moeda estrangeira. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram redução de 29,5%, totalizando R$ 182,7 milhões. As Variações Monetárias líquidas refletiram a redução do endividamento em moeda nacional e encerraram o exercício em R$ 126 milhões (decréscimo de 4,9%). As Variações Cambiais líquidas alcançaram R$ 82,6 milhões, decorrentes da desvalorização de 13,4% do Real frente ao Dólar norte-americano.

A Companhia registrou um Lucro antes dos Impostos de R$ 882,5 milhões. Após a apropriação da despesa com Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o lucro fiscal tributável e pela reversão de impostos diferidos (passivo), relativos principalmente às UHE's Ilha Solteira e Jupiá, conforme Nota 12.5, a Companhia encerrou o exercício de 2014 com Lucro Líquido de R$ 560,1 milhões.

A Nota Explicativa 22.6 contempla a proposta da Administração, demonstrada a partir do lucro líquido do exercício de R$ 560,1 milhões, somadas às movimentações decorrentes das realizações da Reserva de Lucros a Realizar de R$ 33,4 milhões, do ajuste de avaliação patrimonial sobre a depreciação no valor de R$ 183,4 milhões e sobre a provisão ao valor recuperável no valor de R$ 1.318,2 milhões, e da constituição de reserva legal de R$ 28 milhões, da reserva estatutária de R$ 293,9 milhões. Está sendo proposta a distribuição de resultados de R$ 1.773,2 milhões, que corresponde a 100% do lucro ajustado do exercício, dos quais serão deduzidos R$ 193 milhões, já pagos a título de Juros sobre o Capital Próprio.

XI. INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Referências	2014	2013	Variação
Preço médio geral - R$ por MWh	189,25	134,90	40,3%
Margem operacional (%)	65,0%	56,6%	14,8%
Variação do dólar (%)	13,4%	14,6%	-1,2 pp
Liquidez/Endividamento/VPA	**2014**	**2013**	**Variação**
Endividamento do ativo	0,41	0,39	6,9%
Participação de capital de terceiros	0,70	0,63	11,7%
Liquidez corrente	1,34	1,18	13,8%
Valor patrimonial da ação (R$)	26,35	28,45	-7,4%

Demonstração do LAJIR (EBIT)/LAJIDA (EBITDA) (Instrução CVM nº 527, de 14 de outubro de 2012)

	2014	2013	Variação
Lucro líquido/(Prejuízo) do período	560.139	(195.346)	-386,7%
Imposto de renda e contribuição social	322.391	(56.488)	-670,7%
Resultado financeiro	132.284	422.082	-68,7%
= EBIT/LAJIR	1.014.814	170.248	496,1%
Depreciação	642.499	681.939	-5,8%
= EBITDA/LAJIDA	**1.657.313**	**852.187**	**94,5%**
Provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos	–	1.811.718	nm
Provisão para redução ao valor recuperável	1.997.296	–	nm
Provisão para riscos legais	362.678	398.688	-9,0%
= EBITDA/LAJIDA AJUSTADO	**4.017.287**	**3.062.593**	**31,2%**

XII. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e com o previsto no Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003, de 20 de março de 2003, a CESP esclarece que a empresa Ernst & Young Auditores Independentes, no exercício de 2014, prestou a esta Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria.

A Administração da CESP entende e declara que esses serviços foram prestados com pleno atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO (Valores em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2014	2013
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.427.852	839.649
Valores a receber	6	423.061	530.195
Provisão para perda estimada de créditos	7	(37.886)	(58.916)
Tributos e contribuições sociais compensáveis	8	4.473	39.491
Almoxarifado		34.788	34.964
Outros créditos	9	90.103	79.027
Despesas pagas antecipadamente		6.194	6.989
		2.948.585	1.471.399
NÃO CIRCULANTE			
Cauções e depósitos vinculados	10	773.555	601.141
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	734.686	297.573
Outros créditos	9	4.730	6.426
Despesas pagas antecipadamente		4.807	4.213
Ativo disponível para reversão	30	3.529.080	3.529.080
Provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos	30	(1.811.718)	(1.811.718)
Imobilizado	12	8.504.161	11.076.739
		11.739.301	13.703.454
TOTAL DO ATIVO		**14.687.886**	**15.174.853**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2014	2013
CIRCULANTE			
Fornecedores		16.853	21.907
Empréstimos e financiamentos	13	1.149.797	193.781
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	14	290.626	287.708
Tributos e contribuições sociais	16	50.030	51.649
Taxas regulamentares/encargos uso do sistema de transmissão	18	115.413	133.807
Dividendos e juros sobre capital próprio	22.6	405.385	402.162
Obrigações estimadas e folha de pagamento		30.194	32.294
Obrigações socioambientais	20.1	–	12.418
Outras obrigações	20.2	144.134	115.401
		2.202.432	1.251.127
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	13	605.267	1.569.012
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	14	268.716	496.736
Entidade de previdência a empregados	17	131.891	62.915
Taxas regulamentares/encargos uso do sistema de transmissão	18	70.969	33.600
Provisão para riscos legais	19	2.660.866	2.316.985
Obrigações socioambientais	20.1	101.192	109.800
Outras obrigações	20.2	17.476	17.292
		3.856.377	4.606.340
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22.1	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	22.3	1.929.098	1.929.098
Ajustes de avaliação patrimonial	22.4	(970.052)	531.519
Outros resultados abrangentes		(137.792)	66.579
Reservas de lucros	22.5	656.738	368.223
Dividendos adicionais propostos	22.6	1.175.652	446.534
		8.629.077	9.317.386
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**14.687.886**	**15.174.853**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

continua

continuação

CESP - Companhia Energética de São Paulo

CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Energia

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23.3	4.856.023	3.904.102
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com Energia Elétrica	24	(517.368)	(511.444)
Custo com operação	24	(752.914)	(837.930)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**3.585.741**	**2.554.728**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	(226.826)	(256.127)
Outras despesas operacionais	24	(204.844)	(88.959)
Outras (despesas) receitas líquidas	24	(2.139.257)	(2.039.394)
		(2.570.927)	(2.384.480)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**1.014.814**	**170.248**
Receitas financeiras	25	259.014	131.084
Despesas financeiras	25	(391.298)	(553.166)
RESULTADO FINANCEIRO	25	**(132.284)**	**(422.082)**
LUCRO/(PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**882.530**	**(251.834)**
Imposto de renda - corrente	26	(553.966)	(303.234)
Contribuição social - corrente	26	(205.537)	(115.778)
Imposto de renda diferido (ativo)	11 e 26	(284.853)	(91.434)
Contribuição social diferida (ativo)	11 e 26	(103.146)	(32.280)
Imposto de renda diferido (passivo)	11 e 26	606.699	440.599
Contribuição social diferida (passivo)	11 e 26	218.412	158.615
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social		(322.391)	56.488
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**560.139**	**(195.346)**
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por ação		1,71	(0,60)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	560.139	(195.346)
Ajuste CPC 33/IAS 19	(204.371)	230.338
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	**355.768**	**34.992**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

Método Indireto	Nota	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre a renda		882.530	(251.834)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Depreciação	12	642.499	681.939
Juros, variações monetárias e cambiais	25	360.128	498.266
Provisão para perda estimada de créditos	7	(21.030)	12.021
Provisão para riscos legais	19	362.678	398.688
Baixa de ativo imobilizado	12	353	721
Provisão para redução ao valor recuperável		1.997.296	–
Provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos	30	–	1.811.718
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19	17	3.409	25.109
Provisão/(reversão) para compromissos ambientais	24.2	(8.608)	(101.912)
Total de ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social:		**4.219.255**	**3.074.716**
Valores a receber	6	107.134	(141.006)
Tributos e contribuições sociais compensáveis	8	35.018	(32.835)
Almoxarifado		176	(1.160)
Despesas pagas antecipadamente		201	(9.530)
Cauções e depósitos vinculados	10	(163.754)	99.535
Outros créditos	9	(9.380)	30.951
Fornecedores		(5.054)	1.288
Outros tributos e contribuições sociais	16	(10.507)	(18.905)
Pagamentos a Entidade de previdência a empregados	17	(138.804)	(36.674)
Energia comprada - CCEE		–	(100.084)
Taxas regulamentares/Encargos uso do sistema de transmissão	18	18.975	61.597
Pagamentos de riscos legais	19	(53.884)	(44.229)
Pagamentos obrigações socioambientais	20.1	(12.683)	(29.371)
Obrigações estimadas e folha de pagamento		(2.100)	(4.687)
Outras obrigações		20.676	(9.295)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**4.005.269**	**2.840.311**
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	15.1	(136.783)	(208.553)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(750.616)	(424.074)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**3.117.870**	**2.207.684**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:			
Aquisições para o Imobilizado		(32.483)	(85.860)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**(32.483)**	**(85.860)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Empréstimos e financiamentos - captação	15.1	–	5.508
Empréstimos e financiamentos - amortização	15.1	(456.330)	(1.340.917)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos		(1.040.854)	(460.291)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(1.497.184)**	**(1.795.700)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**1.588.203**	**326.124**
(+) Saldo Inicial		839.649	513.525
(=) Saldo Final		2.427.852	839.649
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**1.588.203**	**326.124**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais)

	2014	2013
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas operacionais (Nota 23.3)	5.463.562	4.420.604
Provisão para perda estimada de créditos	21.029	(12.021)
	5.484.591	4.408.583
Menos:		
Insumos		
Encargos de uso do sistema de transmissão/serviços do sistema	385.983	356.242
Serviços de terceiros	92.378	102.672
Materiais	11.935	10.584
Outros custos operacionais	14.248	15.272
	504.544	484.770
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.980.047	3.923.813
Retenções		
Depreciação	642.499	681.939
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	4.337.548	3.241.874
TRANSFERÊNCIAS		
Receitas financeiras	259.014	131.084
Variações cambiais líquidas	(82.645)	(161.807)
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19	4.935	(25.109)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	437.112	475.500
	618.416	419.668
OUTRAS		
Provisão para riscos legais	(224.773)	(73.914)
Outras (despesas)/receitas líquidas	(2.137.943)	(2.038.080)
	(2.362.716)	(2.111.994)
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**2.593.248**	**1.549.548**

	2014	2013
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal:		
Remuneração do trabalho (Não inclui INSS)	155.726	191.515
Remuneração de administradores	2.238	2.556
Entidade de previdência a empregados - contribuição ao plano	8.344	9.768
	166.308	203.839
Financiadores e aluguéis:		
Juros e encargos de dívidas	182.661	258.929
Variações monetárias	125.992	132.430
Aluguéis	7.547	6.836
	316.200	398.195
Intrasetoriais - Encargos regulamentares:		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	157.143	183.067
Reserva Global de Reversão - RGR	146.172	117.862
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	48.474	39.095
Taxa de Fiscalização - ANEEL/outros encargos	20.068	18.303
	371.857	358.327
Tributos e contribuições sociais:		
Federal	1.178.506	784.415
Municipal	238	118
	1.178.744	784.533
Acionistas:		
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	560.139	(195.346)
TOTAL	**2.593.248**	**1.549.548**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reservas de Capital (Nota 22.3)	Ajuste de Avaliação Patrimonial (Nota 22.4)	Outros Resultados Abrangentes (Nota 17)	Reservas de Lucros (Nota 22.5)	Lucros Acumulados (Nota 22.6)	Dividendos Adicionais (Nota 22.6)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**5.975.433**	**1.929.098**	**1.548.690**	**(163.759)**	**426.716**	**163.759**	**–**	**9.879.937**
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)	–	–	(182.800)	–	–	182.800	–	–
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (provisão UHE Três Irmãos)	–	–	(834.371)	–	–	834.371	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(195.346)	–	(195.346)
Ajuste CPC 33 (R1) em 31 de dezembro de 2013	–	–	–	230.338	–	–	–	230.338
Proposta de Destinação:								
Reserva estatutária	–	–	–	–	111.633	(111.633)	–	–
Juros sobre o capital próprio já distribuídos (1)	–	–	–	–	–	(196.000)	–	(196.000)
Realização de reservas de lucros a realizar	–	–	–	–	(170.126)	170.126	–	–
Dividendos obrigatórios complementares (2)	–	–	–	–	–	(401.543)	–	(401.543)
Dividendos adicionais propostos (3)	–	–	–	–	–	(446.534)	446.534	–
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**5.975.433**	**1.929.098**	**531.519**	**66.579**	**368.223**	**–**	**446.534**	**9.317.386**
Dividendos adicionais distribuídos - AGO de 26 de abril de 2014							(446.534)	(446.534)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)	–	–	(183.356)	–	–	183.356	–	–
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (*impairment*)	–	–	(1.318.215)	–	–	1.318.215	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	560.139	–	560.139
Ajuste CPC 33 (R1) em 31 de dezembro de 2014	–	–	–	(204.371)	–	–	–	(204.371)
Proposta de Destinação:								
Reserva legal	–	–	–	–	28.007	(28.007)	–	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	293.913	(293.913)	–	–
Juros sobre capital próprio já distribuídos (4)	–	–	–	–	–	(193.000)	–	(193.000)
Realização de reservas de lucros a realizar	–	–	–	–	(33.405)	33.405	–	–
Dividendos obrigatórios complementares - Nota 22.6 (5)	–	–	–	–	–	(404.543)	–	(404.543)
Dividendos adicionais propostos - Nota 22.6 (6)	–	–	–	–	–	(1.175.652)	1.175.652	–
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**5.975.433**	**1.929.098**	**(970.052)**	**(137.792)**	**656.738**	**–**	**1.175.652**	**8.629.077**

(1) R$ 0,57 por ação ON e PNB e R$ 1,82 por ação PNA
(2) R$ 1,25 por ação ON e PNB
(3) R$ 1,36 por ação ON, PNA e PNB
(4) R$ 0,56 por ação ON e PNB e R$ 1,82 por ação PNA
(5) R$ 1,26 por ação ON e PNB
(6) R$ 3,58 por ação ON e PNB

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram auditados pelos auditores independentes)

1.1 Contexto Operacional

A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. e, desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado.

A Companhia, atualmente, possui cinco usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço. A concessão da UHE Três Irmãos (807,5 MW) foi objeto de leilão realizado em 28 de março de 2014, sendo a usina transferida para o novo controlador em 10 de outubro de 2014 (Nota 30). A Companhia está com 6.649,8 MW de capacidade instalada e 3.698,5 MW médios de garantia física de energia (Nota 12.2).

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. A produção por usina decorre de despacho efetuado pelo ONS, podendo ser visualizada no quadro de produção bruta, abaixo (informações quantitativas não revisadas pelos auditores independentes):

Produção Bruta em MWh

Usinas	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Acumulado
2014					
Ilha Solteira	4.116.337	3.038.384	2.446.755	2.380.823	11.982.299
Três Irmãos	505.252	268.247	208.681	–	982.180
Jupiá	2.281.266	1.784.879	1.542.504	1.638.622	7.247.271
Porto Primavera	2.573.096	2.051.944	1.818.203	2.001.353	8.444.596
Paraibuna	123.881	122.043	91.199	65.529	402.652
Jaguari	26.572	8.725	26.756	26.834	88.887
Total	**9.626.404**	**7.274.222**	**6.134.098**	**6.113.161**	**29.147.885**
2013					
Ilha Solteira	3.846.874	3.518.290	3.862.605	4.061.981	15.289.750
Três Irmãos	566.581	387.612	446.770	490.422	1.891.385
Jupiá	2.191.580	1.983.158	2.126.349	2.243.311	8.544.398
Porto Primavera	2.610.094	2.345.288	2.333.275	2.487.323	9.775.980
Paraibuna	62.982	76.067	123.529	83.835	346.413
Jaguari	10.838	20.999	42.605	23.312	97.754
Total	**9.288.949**	**8.331.414**	**8.935.133**	**9.390.184**	**35.945.680**

Da receita operacional bruta da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cerca de 48% (57% em 2013) foram provenientes de suprimento de energia elétrica a Revendedores (contratos de venda de energia/agentes comercializadores e distribuidoras contratados em leilões de energia) e 20% (22% em 2013) provenientes do fornecimento de energia a consumidores livres, sendo os restantes 32% (21% em 2013) decorrentes de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e outras receitas (Nota 23.2).

1.2 Comercialização de Energia (Leilões de Energia) - Não revisada pelos auditores independentes

A CESP participou de leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, sendo quatro leilões de venda de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes e dois leilões de venda de energia provenientes de novos empreendimentos.

A CESP vendeu, através de leilões, 808 MW médios de energia existente e 230 MW médios de energia nova, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

Leilão de Empreendimentos Existentes	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R$)/MWh	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes
Produto 2007	2007 a 2014	20,0	77,70	janeiro/05	75,46
Produto 2008	2008 a 2015	170,0	83,50	maio/05	83,13
Produto 2009	2009 a 2016	120,0	93,43	novembro/05	94,91
Produto 2014 12M	2014	400,0	191,60	janeiro/14	191,42
Produto 2014 18M	2014 a 2015	98,0	165,20	janeiro/14	98,00
		808,0			

Leilão de Novos Empreendimentos	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R$)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes
Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	82,0	124,97	julho/06	124,83
Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	148,0	116,00	janeiro/06	114,83
		230,0			

Os preços obtidos nos leilões estão sendo atualizados pelo IPCA, na data de reajuste tarifário das distribuidoras com a ANEEL (Nota 23.1).

1.3 Renovação das Concessões

A Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783/2013), trata das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Essa Medida Provisória ofereceu à CESP a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das usinas de Ilha Solteira e Jupiá, vencíveis em 07 de Julho de 2015, e, adicionalmente, o mesmo tratamento para a Usina de Três Irmãos, cujo vencimento de seu primeiro termo de concessão ocorreu em novembro de 2011.

O Poder Concedente, através da MP 579 e de portarias, estabeleceu condições específicas para a antecipação dessas renovações. Essas condições se referiam a novas receitas a serem praticadas por essas usinas, e de valores de indenização para os ativos ainda não amortizados, relativos ao projeto básico. Estabeleceu ainda que as usinas cujas renovações não fossem aceitas seriam licitadas ao término das concessões.

Em assembleia realizada em 03 de dezembro de 2012 os acionistas da CESP - Companhia Energética de São Paulo decidiram pela não renovação das UHE's de Ilha Solteira, Jupiá e Três Irmãos. Com essa decisão, a CESP continuará a operar normalmente as Usinas de Ilha Solteira e Jupiá até o termo final da concessão que se dará em julho de 2015. Para maiores informações sobre a UHE Três Irmãos, vide nota 30.

As usinas de Porto Primavera (vencimento da concessão em maio de 2028), Paraibuna (vencimento da concessão em março de 2021) e Jaguari (vencimento da concessão em maio de 2020) não foram abrangidas pela MP 579 e estão sendo operadas normalmente pela CESP.

1.4 Risco Hidrológico

As usinas hidrelétricas Ilha Solteira, Jupiá e Porto Primavera concentram-se na área de influência da bacia do rio Paraná, a oeste do Estado de São Paulo. A usina de Ilha Solteira opera com reservatório de acumulação, enquanto os reservatórios de Jupiá e Porto Primavera operam a fio d'água. A localização geográfica é considerada favorável, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região Centro-Oeste do país, e o rio Grande, na divisa com o estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da usina de Jupiá.

As usinas da Companhia, na área de influência da bacia do rio Paraná, situam-se à jusante (rio abaixo) de outras usinas hidrelétricas, de modo que se beneficiam de estar praticamente no fim da cascata, tendo apenas a usina de Itaipu à sua jusante.

A região é tropical, de elevados índices históricos de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente deve atuar objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente regionais e de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento

continua →

CESP Companhia Energética de São Paulo

CESP - Companhia Energética de São Paulo
CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores em milhares de reais)

de risco hidrológico de que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização - TEO de R$ 10,54 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1.658, de 26 de novembro de 2013, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014). Durante 2013 vigorou a TEO de R$ 10,01 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1.403, de 18 de dezembro de 2012).

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 27 de março de 2015.

As demonstrações financeiras da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas complementares emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

2.1 Base de Elaboração

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os dados não financeiros, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida, seguros e meio ambiente, não foram auditados pelos auditores independentes.

2.2 Moeda Funcional e Conversão de Saldos e Transações em Moeda Estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que a Companhia atua e são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas em que as transações foram realizadas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data da demonstração. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimento original inferior a 90 dias. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros "mensurados ao valor justo por meio do resultado", investimentos "mantidos até o vencimento", ativos financeiros "disponíveis para venda". A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Em 31 de dezembro de 2014, a CESP possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado" e "empréstimos e recebíveis".

3.2.1 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

a. Consumidores e revendedores (Nota 6)
b. Valores a receber - CCEE (Nota 6)

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica, registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

3.2.2 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros os: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são:

a. Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)
b. Cauções e depósitos vinculados (Nota 10)

3.2.3 Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um exercício menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

3.2.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros e principal;
- Probabilidade de o devedor ter sua falência declarada.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

A Provisão para Perda Estimada de Créditos é constituída, se necessário, com base na avaliação individual da estimativa de perda, sendo considerada suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos a receber.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um exercício subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado, se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

3.3 Almoxarifado

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, deduzidos de provisão para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

3.4 Tributação

3.4.1 Tributação sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições às alíquotas básicas:

- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - 7% a 18% (i).
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,65% (ii).
- Programa de Integração Social - PIS - 1,65% (ii).
- Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - 1,5%.

Os créditos decorrentes do regime de não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados como redutoras do custo das vendas na demonstração do resultado do exercício.

As vendas são apresentadas na demonstração do resultado do exercício pelo valor líquido dos respectivos impostos e contribuições (receita operacional líquida).

3.4.2 Tributação sobre o lucro

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada às alíquotas de 25% e 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, nas datas dos balanços, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Imposto sobre a renda corrente e diferido

São reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando está relacionado a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido.

Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 11.

3.5 Investimentos

Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para redução ao valor de mercado, quando requerido ou aplicável.

3.6 Imobilizado

A Companhia adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações financeiras para IFRS (01/01/2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida dessa mais valia foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio líquido.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o exercício de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil, ajustados por eventuais provisões para *impairment*, e são reconhecidos em "Ganho/Perda na Alienação de Bens e Direitos" na demonstração do resultado.

3.7 Redução ao valor de recuperação de ativos (*impairment*)

Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A metodologia de cálculo é como segue:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina (Unidade Geradora de Caixa - UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela Companhia, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, apenas para fins contábeis, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciado até a data do vencimento da concessão.

3.8 Ativo Contingente - UHE Três Irmãos

O CPC 25/IAS 37 define Ativo contingente como sendo um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Dada à divergência existente entre o Poder Concedente e a Administração da Companhia em relação ao valor de indenização relativa à UHE Três Irmãos, a Companhia entende que o seu direito em receber o montante de acordo com os seus fundamentos será exercido por medidas judiciais. Dessa forma, passa a existir um ativo contingente e, em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, durante 2013 a Companhia constituiu provisão para ativo contingente ajustando o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente para a UHE Três Irmãos (valor incontroverso - Nota 30).

3.9 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A CESP baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

a. Empréstimos e financiamentos (Nota 13)
b. Encargos de dívidas (Nota 13)
c. FIDC´s (Nota 14)

3.10 Planos de benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP.

A Companhia patrocina planos de benefícios aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas à Fundação CESP, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data-base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33/IAS 19.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano.

A adoção do método crédito unitário projetado, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final. São utilizadas outras premissas atuariais que levam em consideração tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação CESP.

Até 31 de dezembro de 2012 os ganhos e perdas atuariais eram registrados imediatamente no resultado do exercício. Em 13 de dezembro de 2012 a CVM editou a Deliberação nº 695/2012, que aprovou o documento de revisão do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referente ao pronunciamento CPC 33 - Benefícios a empregados. Este pronunciamento técnico é aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

A partir das demonstrações financeiras do exercício de 2013, com efeito retrospectivo, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no Patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente.

3.11 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Programa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para o qual as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esse programa, conforme Lei nº 9.991/00 e Regulamentações ANEEL nº 300/08 e 316/08. Este percentual é recolhido na proporção de 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico - FNDCT e 20% para Empresa de Pesquisa Energética - EPE e Ministério de Minas e Energia. O remanescente (40%) é destinado a projetos/programas de P&D da Companhia.

3.12 Provisão para riscos legais

O CPC 25/IAS 37 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os riscos, nas suas diferentes naturezas jurídicas, foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Companhia e de seus advogados internos e externos, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes nas datas das demonstrações financeiras. Os que tiveram expectativa de perda possível ou remota são divulgados em nota explicativa (Nota 19).

3.13 Obrigações e provisões para compromissos socioambientais

As obrigações socioambientais são registradas à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e os montantes estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.14 Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, descontados a valor presente e acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e cambiais.

3.15 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

No encerramento do exercício social e após a dedução dos dividendos intermediários pagos e as devidas destinações legais do lucro líquido ajustado, a Companhia registra, se aplicável, no passivo circulante, o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social.

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios limitados a 10% do capital social. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos são considerados: i) o montante destinado para Reserva Legal, ii) a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, e iii) a realização da reserva de lucros a realizar.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia.

3.16 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais Classe A e B e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ações são calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial classe A e B e ordinária de acordo com os dividendos e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.17 Reconhecimento da receita

O Processo de Comercialização de Energia Elétrica ocorre de acordo com parâmetros estabelecidos pela Lei nº 10.848/04, pelos Decretos nºs 5.163/04 e 5.177/04 (o qual instituiu a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE), e pela Resolução Normativa ANEEL nº 109/04, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

As relações comerciais entre os Agentes participantes da CCEE são regidas predominantemente por contratos de compra e venda de energia de médio e longo prazo, e todos os contratos celebrados entre os Agentes no âmbito do Sistema Interligado Nacional devem ser registrados na CCEE.

A Companhia opera nos seguintes segmentos de energia elétrica:

3.17.1 Fornecimento de energia

Venda de energia a preço e condições livremente negociados a consumidores livres - grandes consumidores finais que optaram em não adquirir energia dos distribuidores locais, e com os quais a Companhia mantém contratos de fornecimento.

3.17.2 Suprimento de energia - leilão

Nesse segmento a Companhia vende sua energia às concessionárias de Distribuição, mediante leilões organizados pelo Poder Concedente através de contratos de fornecimento de médio e longo prazo.

3.17.3 Suprimento de energia - contratos

Refere-se à venda direta de energia a empresas comercializadoras em contratos livremente negociados.

3.17.4 Energia de curto prazo

A CCEE contabiliza as diferenças entre as quantidades de energia produzida, consumida e contratada. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Integram o Mercado de Curto Prazo as quantidades processadas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletroenergética do Sistema Interligado Nacional - SIN, de modo que a energia que um agente integrante do MRE deixa de produzir é realizada por outro agente e os volumes são remunerados pela tarifa de otimização de energia, suficiente para cobrir os custos variáveis.

3.17.5 Regime de Cotas

A Portaria MME nº 125 de 17 de abril de 2013, designou a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, na UHE Três Irmãos. A partir de então, a Companhia passou a auferir, até 10 de outubro de 2014, receitas através do regime de cotas, instituído pela Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

3.18 Apuração do resultado

As despesas são reconhecidas na demonstração do resultado quando surge um decréscimo, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos futuros benefícios econômicos provenientes da diminuição de um ativo ou do aumento de um passivo.

3.19 Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Companhia tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

3.20 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela CESP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações intermediárias, pois, de acordo com as IFRS, não é uma demonstração prevista nem obrigatória.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda estimada de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores em milhares de reais)

apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.21 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são como segue:

Imposto de renda

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O reconhecimento de imposto de renda diferido ativo requer avaliar se é provável a existência de resultados tributáveis futuros suficientes para realizar tal imposto de renda diferido ativo. A avaliação requer considerar o histórico de resultados tributáveis, expectativas de resultados tributáveis futuros assim como do momento de reversão de diferenças temporárias. Caso a CESP não consiga gerar resultados tributáveis futuros ou se ocorrer uma mudança significativa na estrutura tributária ou no exercício em que as diferenças temporárias serão utilizadas é possível que a avaliação de probabilidade mude podendo requerer a baixa, de parte ou todo, do imposto de renda diferido ativo.

Provisão para riscos legais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Vida útil do ativo imobilizado

As vidas úteis dos bens integrantes do saldo do ativo imobilizado são estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados a infraestrutura da concessão. A Administração revisa as vidas úteis econômicas dos bens anualmente, no final de cada exercício, para convalidar que essas vidas úteis continuam consistentes para utilização nesse negócio.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente ativo imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a CESP realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim da sua vida útil, ou da concessão.

Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livro desse ativo, quando aplicável.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Provisão para perda estimada de créditos

A Administração monitora individualmente os seus recebíveis e registra provisão para perda estimada de créditos para as perdas consideradas prováveis.

Plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) o custo das obrigações com benefícios pós-emprego é determinado atuarialmente usando o método do crédito unitário projetado. A taxa de desconto usada para cálculo da obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados ao valor justo (marcação a mercado).

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como taxas de mortalidade, previsão de crescimento salarial e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas para definição das estimativas utilizadas.

Transações envolvendo a compra e venda de energia no âmbito da CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

4 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES EM INTERPRETAÇÕES JÁ EXISTENTES

A seguir apresentamos os novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014, mas que não surtiram efeitos significativos nas demonstrações financeiras anuais da Companhia:

Norma	Requerimento
Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidade de investimento - exceções a regra de consolidação	Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos.
IFRS 8 - Segmentos Operacionais	As alterações são aplicadas retrospectivamente e esclarecem que: • Uma entidade deve divulgar os julgamentos feitos pela administração na aplicação dos critérios de agregação no parágrafo 12 da IFRS 8, incluindo uma breve descrição de segmentos operacionais que foram agregados e as características econômicas utilizadas para avaliar se os segmentos são "similares"; • A conciliação de ativos de segmento com o total do ativo deve ser divulgada se a reconciliação for reportada ao tomador de decisão operacional em nível de diretoria, semelhante à divulgação exigida para os passivos do segmento.
IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas	A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de administração é uma parte relacionada sujeita a divulgações da parte relacionada. Adicionalmente, uma entidade que utiliza uma entidade de administração deve divulgar as despesas incorridas com serviços de administração.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da alteração das normas acima emitidas e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas suas demonstrações financeiras.

Abaixo são apresentados os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2015:

Norma	Requerimento
IAS 1	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.
IAS 16 e IAS 38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.
IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado	A IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço.
IFRS 3 - Combinação de Negócios	A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece as exceções de escopo na IFRS 3, quais sejam: • Acordos conjuntos, e não apenas empreendimentos em conjunto, estão fora do escopo da IFRS 3; • Essa exceção de escopo se aplica somente à contabilização das demonstrações financeiras do acordo conjunto em si.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 11 - Negócios em Conjunto	A entidade participante de uma *joint venture* deve aplicar os princípios relevantes relacionados a combinação de negócios, inclusive no que diz respeito as divulgações requeridas.
IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo	A alteração se aplica prospectivamente e esclarece as exceções de escopo da IFRS 13, quais sejam: • Acordos conjuntos, e não apenas empreendimentos em conjunto, estão fora do escopo da IFRS 13; • Essa exceção de escopo se aplica somente à contabilização das demonstrações financeiras de acordo conjunto em si.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos das normas acima emitidas e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas suas demonstrações financeiras.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras, resumidas no quadro abaixo, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB's, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte das instituições financeiras, de recomprá-lo e, do comprador, de revendê-lo no futuro e são remuneradas a 95% e 100% (95% e 100% em 31/12/2013) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM, fundo 95% lastreado em títulos do Tesouro Nacional e 5% em Letra Financeira do Tesouro Estadual, remuneradas a 95% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

	Tipo de Aplicação	2014	2013
Caixa			
Depósitos bancários à vista		5.796	13.997
Aplicações Financeiras			
Banco do Brasil S.A. - SIAFEM	Fundo	1.955.783	824.720
Banco Safra S.A. (*)	US$	463.113	–
Banco Bradesco S.A.	CDB/CDI	–	1
Outras instituições	CDB/CDI	3.160	931
		2.422.056	825.652
		2.427.852	**839.649**

(*) Refere-se à aquisição de US$ 174.352 mil efetuada em agosto de 2014, a ser utilizada para pagamento do empréstimo Bônus Série 8 em 15 de janeiro de 2015 (Nota 13.3 (4)).

6 VALORES A RECEBER

O quadro a seguir, resume os valores a receber de acordo com a classe de receita, sendo que a descrição de cada classe é apresentada nos subtópicos seguintes:

	2014			2013
	Vincendos	Vencidos há mais de 90 dias (Nota 7)	Total	Total
Consumidores				
Industrial	79.178	4.172	83.350	84.851
Serviços públicos	4.459	–	4.459	4.049
	83.637	4.172	87.809	88.900
Revendedores				
Agentes comercializadores	89.295	–	89.295	71.130
Leilões de energia	153.957	6.144	160.101	198.728
Suprimento - cotas	2	–	2	7.409
	243.254	6.144	249.398	277.267
Energia Livre/CCEE				
Energia Livre (RTE) (Nota 6.2)	–	13.712	13.712	13.712
CCEE	72.142	–	72.142	150.316
	72.142	13.712	85.854	164.028
Total	**399.033**	**24.028**	**423.061**	**530.195**

6.1 Consumidores e Revendedores

A Companhia possui certo grau de concentração em sua carteira de clientes. Em 31 de dezembro de 2014, os dez principais clientes representam 39% do total da carteira (39% em 31/12/2013).

6.2 Energia Livre - Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)

Em 26 de agosto de 2010, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2517, que fixou os montantes finais de Energia Livre a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 13.712 (R$ 13.712 em 31/12/2013) e encontra-se em discussão judicial (Nota 7).

6.3 Energia de Curto Prazo - CCEE

Representa a variação apurada mensalmente, resultante do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE *versus* o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia comercializou o montante de R$ 1.669.933 (R$ 869.123 em 2013) referente à energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE (Nota 23.2).

7 PROVISÃO PARA PERDA ESTIMADA DE CRÉDITOS

A Companhia mantém registrada provisão para perda estimada de créditos, cuja movimentação e saldo tem a seguinte composição:

Devedor	31/12/2013	(Adições)/Baixas	31/12/2014
Consumidores **(a)**	(4.172)	–	(4.172)
Leilões de energia **(b)**	(9.748)	3.604	(6.144)
Energia Livre (RTE) (Nota 6)	(13.712)	–	(13.712)
Outros Créditos **(c)**	(31.284)	17.426	(13.858)
	(58.916)	**21.030**	**(37.886)**

(a) Para cobertura de prováveis riscos na realização de saldos de consumidores;
(b) Constituída originalmente em face de recuperação judicial da CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A.;
(c) Relacionados a outros recebíveis registrados como outros créditos (Nota 9).

8 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	2014	2013
Circulante		
Imposto de renda **(a)**	2.057	29.513
Contribuição social **(b)**	701	8.143
COFINS a compensar	1.410	1.508
PIS a compensar	305	327
	4.473	**39.491**

(a) Saldo remanescente de créditos de imposto de renda decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC, e de recolhimento por estimativa, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais;
(b) Refere-se a saldo de contribuição social decorrente de recolhimento por estimativa, atualizados pela SELIC, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.

9 OUTROS CRÉDITOS

	2014	2013
Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos	7.398	1.610
Créditos diversos **(*)**	17.394	34.631
FIDC - conta vinculada	22.066	20.824
Ordens de projetos - P & D	41.290	19.934
Outros	1.955	2.028
	90.103	79.027
Não Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos	3.127	4.404
Bens destinados à alienação	1.361	1.361
Outros	242	661
	4.730	6.426
Total	**94.833**	**85.453**

(*) Saldo de créditos com diversas empresas e entidades com as quais a Companhia mantém operações. Para cobrir eventuais riscos na realização de alguns recebíveis, foram constituídas provisões para perda estimada de créditos no montante total de R$ 13.858 (R$ 31.284 em 31/12/2013 - Nota 7).

10 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2014	2013
Não Circulante		
Depósitos Judiciais (a)		
Ações cíveis	164.528	160.397
Ações trabalhistas - recursais	53.620	40.914
Ações tributárias	16.271	16.832
Ações ambientais	454.943	295.992
Outros depósitos judiciais	2.180	2.137
	691.542	516.272
Cauções		
Depósitos vinculados - CCEE **(b)**	816	7.832
Quotas subordinadas - FIDC **(c)**	81.197	77.037
	82.013	84.869
Total	**773.555**	**601.141**

(a) Do total de depósitos judiciais, está relacionado com provisões para riscos legais, em 31 de dezembro de 2014, o montante de R$ 691.542 (R$ 516.272 em 31/12/2013; Nota 19);
(b) Crédito caucionado junto à CCEE, em conta mantida no Banco Bradesco S/A;
(c) Crédito caucionado equivalente a quotas pertencentes à CESP, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direito Creditório/ FIDC IV - 72 quotas, que só poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente com a liquidação do fundo, com vencimento para maio/2017. O saldo das quotas é ajustado mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui créditos fiscais totais (nominais) no montante de R$ 3.110.292, sendo: R$ 2.325.520 de imposto de renda (formado por prejuízos fiscais de R$ 707.059, diferenças temporariamente não dedutíveis de R$ 1.251.018 e ajuste do imobilizado - custo atribuído de R$ 367.443), e de contribuição social de R$ 784.772 (formado por base negativa de R$ 202.125, diferenças temporariamente não dedutíveis de R$ 450.367 e ajuste do imobilizado - custo atribuído de R$ 132.280).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável de cada exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo de prescrição.

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2014, de créditos de prejuízos fiscais - imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas, para os próximos 10 anos, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais. As projeções e a correspondente realização dos créditos consideram o prazo limite de cada concessão. Para as concessões vincendas até 2015, o prazo considerado encerra-se com o prazo da concessão. Para as demais concessões o prazo é limitado a 10 anos, dada a subjetividade e incerteza atreladas às concessões.

As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia (realizados de 2004 a 2006), com início de atendimento/faturamento de 2009 a 2016, de 2009 a 2038 e de 2010 a 2039 (Nota 1.2); contratos de compra e venda de energia com pequenas distribuidoras; de fornecimento de energia a consumidores livres com prazos de atendimento/fornecimento até 2024; a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

Composição dos saldos:

	LÍQUIDO ATIVO	
	2014	2013
Imposto de renda		
Prejuízos fiscais registrados **(a)**	227.393	512.246
Prejuízos fiscais (não registrados)	479.666	436.736
Diferenças intertemporais (não registradas)	1.251.018	1.217.848
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) **(b)**	367.443	(201.333)
Variações cambiais líquidas sobre empréstimos e financiamentos **(b)**	(60.135)	(98.059)
	2.265.385	1.867.438
Contribuição social		
Base negativa registrada **(a)**	89.355	192.501
Base negativa (não registrada)	112.770	97.712
Diferenças intertemporais (não registradas)	450.367	438.425
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) **(b)**	132.280	(72.480)
Variações cambiais líquidas sobre empréstimos e financiamentos **(b)**	(21.650)	(35.302)
	763.122	620.856
Provisão sobre créditos tributários não registrados	(2.293.821)	(2.190.721)
	734.686	**297.573**

(a) Até 31 de dezembro de 2014, foi realizado o valor de R$ 330.010, sendo compensado com impostos correntes; e apropriado a débito do resultado, o valor de R$ 241.923, referente a prejuízo fiscal, e R$ 88.087 de base negativa, bem como à redução do valor de créditos fiscais diferidos a débito de resultado, no montante de R$ 57.989, sendo R$ 42.930 referentes ao imposto de renda e R$ 15.059 à contribuição social.
(b) A realização do passivo diferido refere-se principalmente ao Ajuste de avaliação patrimonial no valor de R$ 94.455 e liquidação de empréstimos no valor de R$ 51.576, complementado com R$ 679.081 de IR/CS diferidos passivos sobre a Provisão ao valor recuperável da UHE de Ilha Solteira e a de Jupiá (nota 12.5).

Desde o exercício de 2003, a Companhia adota o regime de caixa para tributação das variações cambiais auferidas. Como consequência, o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças intertemporais tributáveis, representadas pelas referidas variações cambiais ainda não realizadas sobre empréstimos e financiamentos não liquidados (Nota 26).

O imposto de renda (R$ 227.393) e a contribuição social (R$ 89.355) diferidos, totalizando R$ 316.748, deverão ser realizados no exercício de até 10 anos, como demonstrado a seguir:

	Exercícios							
Exercício	2015	2016	2017	2018	2019	2020 a 2022	2023 e 2024	Total
Parcela Estimada de Realização	106.355	16.052	15.953	19.267	21.716	81.268	56.137	316.748

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro acima) estão respaldadas nas projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, que são revisadas periodicamente e aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode divergir do projetado.

12 IMOBILIZADO

O saldo do ativo imobilizado em serviço segregado por natureza de bens, com os comentários contidos nas Notas 12.1 a 12.4 tem a seguinte composição:

	Taxas Anuais Médias de Depreciação %	2014 Custo Total	2014 Depreciação Acumulada	2014 Líquido	2013 Líquido
Em Serviço					
Terrenos		326.978	–	326.978	393.653
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1,9%	22.142.831	(17.360.866)	4.781.965	7.012.116
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1,8%	6.418.279	(5.278.713)	1.139.566	1.364.883
Máquinas e Equipamentos	1,0%	7.864.752	(6.165.664)	1.699.088	1.747.460
Veículos	2,4%	7.198	(6.316)	882	740
Móveis e Utensílios	8,7%	25.589	(21.862)	3.727	5.956
		36.785.627	(28.833.421)	7.952.206	10.524.808
Em Curso					
Terrenos		1.895		1.895	1.895
Reservatórios, Barragens e Adutoras		157.312	–	157.312	125.542
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		48.312	–	48.312	51.480
Máquinas e Equipamentos em Manutenção		108.968	–	108.968	150.660
Máquinas e Equipamentos em Montagem		119.118	–	119.118	110.650
Depósitos Judiciais		100.332	–	100.332	100.333
Outros		16.018	–	16.018	11.371
		551.955	–	551.955	551.931
Total		**37.337.582**	**(28.833.421)**	**8.504.161**	**11.076.739**

Em 7 de fevereiro de 2012, a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 474, que estabeleceu as novas taxas anuais de depreciação, para os ativos em serviço outorgado do setor elétrico, determinando que as concessionárias procedessem ao cálculo e à contabilização das novas quotas periódicas de depreciação a partir de 1º de janeiro de 2012. As taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia, para os bens vinculados de geração, variam de 2% a 6,67%. Até 2011, vigoraram as taxas anuais de depreciação de 2% a 7,1% (Resolução Normativa ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009).

continua

continuação

CESP - Companhia Energética de São Paulo

CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores em milhares de reais)

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

	31/12/2013	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação/ Baixas	*Impairment* (Nota 12.5)	31/12/2014
Em Serviço							
Terrenos	393.653	–	–	3.576	(177)	(70.074)	326.978
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.012.116	–	(445.534)	2.781	326	(1.787.724)	4.781.965
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1.364.883	–	(114.670)	3.705	(170)	(114.182)	1.139.566
Máquinas e Equipamentos	1.747.460	–	(79.888)	57.161	(329)	(25.316)	1.699.088
Veículos	740	–	(163)	305	–	–	882
Móveis e Utensílios	5.956	–	(2.244)	18	(3)	–	3.727
	10.524.808	–	(642.499)	67.546	(353)	(1.997.296)	7.952.206
Em Curso							
Terrenos	1.895	943	–	(3.576)	2.633	–	1.895
Reservatórios, Barragens e Adutoras	125.542	35.664	–	(3.894)	–	–	157.312
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	51.480	171	–	(3.339)	–	–	48.312
Máquinas e Equipamentos em Manutenção	150.660	4.525	–	(46.217)	–	–	108.968
Máquinas e Equipamentos em Montagem	110.650	18.797	–	(10.329)	–	–	119.118
Depósitos Judiciais	100.333	2.632	–	–	(2.633)	–	100.332
Outros	11.371	4.838	–	(191)	–	–	16.018
	551.931	67.570	–	(67.546)	–	–	551.955
Total	**11.076.739**	**67.570**	**(642.499)**	**–**	**(353)**	**(1.997.296)**	**8.504.161**

	31/12/2012	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação/ Baixas	Três Irmãos (Nota 31.2)	31/12/2013
Em Serviço							
Terrenos	1.082.925	–	–	12.829	(178)	(701.923)	393.653
Reservatórios, Barragens e Adutoras	9.604.269	–	(466.461)	17.183	(2)	(2.142.873)	7.012.116
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1.859.895	–	(124.149)	3.997	(239)	(374.621)	1.364.883
Máquinas e Equipamentos	2.072.188	–	(88.612)	73.392	40	(309.548)	1.747.460
Veículos	339	–	(154)	569	(14)	–	740
Móveis e Utensílios	8.566	–	(2.563)	396	(328)	(115)	5.956
	14.628.182	–	(681.939)	108.366	(721)	(3.529.080)	10.524.808
Em Curso							
Terrenos	1.894	6.065	–	(12.829)	6.765	–	1.895
Reservatórios, Barragens e Adutoras	117.909	23.676	–	(16.043)	–	–	125.542
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	54.528	637	–	(3.997)	312	–	51.480
Máquinas e Equipamentos em Manutenção	191.449	10.605	–	(51.771)	377	–	150.660
Máquinas e Equipamentos em Montagem	108.437	23.695	–	(20.817)	(665)	–	110.650
Depósitos Judiciais	72.031	35.067	–	–	(6.765)	–	100.333
Outros	7.136	7.168	–	(2.909)	(24)	–	11.371
	553.384	106.913	–	(108.366)	–	–	551.931
Total	**15.181.566**	**106.913**	**(681.939)**	**–**	**(721)**	**(3.529.080)**	**11.076.739**

12.1 Imobilizado em Curso

O imobilizado em curso inclui, principalmente, gastos com modernização, repotenciação de máquinas e equipamentos para o parque gerador. Assim, à vista do CPC 20, a Companhia não efetua capitalização de juros sobre o seu ativo imobilizado em curso por entender que não possui um ativo qualificável.

Inclui ainda saldos de depósitos judiciais no valor de R$ 100.332 (R$ 100.333 em 31/12/2013), iniciais e em garantia de ações de desapropriações, envolvendo principalmente a Usina de Porto Primavera e outras demandas de usinas da CESP.

A partir de 2009, os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 24.2).

12.2 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração da CESP foram outorgadas por decretos relativos a cada usina à época do início dos estudos e obras de construção, e foram agrupadas em um contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2004, abrangendo todo o parque gerador da Companhia:

Usina Hidrelétrica	Total de Máquinas em Operação	Potência Instalada MW (*)	Garantia Física (*) MW Médio	Entrada em Operação (b)	Prazo de Concessão
Ilha Solteira	20	3.444,0	1.731,5	18.07.73	07.07.15
Jupiá	14	1.551,2	886,0	14.04.69	07.07.15
Engenheiro Sérgio Motta	14	1.540,0	1.017,0	23/01/99	21.05.28
Jaguari	2	27,6	14,0	05.05.72	20.05.20
Paraibuna	2	87,0	50,0	20.04.78	09.03.21
Subtotal	**52**	**6.649,8**	**3.698,5 (c)**		
Três Irmãos **(a)** (Nota 1.3)	5	807,5	217,5	28.11.93	18.11.11
Total	**57**	**7.457,3**	**3.916,0**		

(a) Garantia física fornecida pela Portaria MME nº 32, de 05/03/2013. Para maiores informações, vide Nota 30.

(b) Data de entrada em operação do primeiro Grupo Gerador.

(c) Da garantia física da CESP devem ser deduzidos o consumo próprio das usinas e as perdas de transmissão até o centro de gravidade do sistema. Estas deduções variam a cada ano, mas podem ser estimadas em até 3%.

(*) Dados relacionados à potência e energia não revisados pelos auditores independentes.

12.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

12.4 Custo atribuído (*deemed cost*)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores estimados por avaliadores independentes.

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009, o efeito líquido de primeira adoção do custo atribuído para as usinas resultou em um aumento no ativo imobilizado de R$ 3.553.278, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos de R$ 1.208.115 (34%) e na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido de R$ 2.345.163.

Os detalhes estão apresentados a seguir:

	01/01/2009		
Usina	Custo atribuído limitado ao valor de recuperação	Valor contábil	Mais (menos) valia
Engº Sérgio Motta	8.917.513	10.912.754	(1.995.241)
Ilha Solteira + Três Irmãos	7.780.060	3.326.400	4.453.660
Jupiá	1.207.288	275.394	931.894
Paraíbuna	141.296	20.905	120.391
Jaguari	45.618	3.044	42.574
Total	**18.091.775**	**14.538.497**	**3.553.278**
Impostos diferidos			(1.208.115)
Efeito no patrimônio líquido			**2.345.163**

Movimentação:

	Imobilizado R$	Impostos Diferidos Passivo R$	Patrimônio Líquido R$
Saldo inicial em 01/01/2009	**3.553.278**	**(1.208.115)**	**2.345.163**
Realização no exercício	(300.574)	102.195	(198.379)
Saldo em 31/12/2009	**3.252.704**	**(1.105.920)**	**2.146.784**
Realização no exercício	(301.684)	102.573	(199.111)
Saldo em 31/12/2010	**2.951.020**	**(1.003.347)**	**1.947.673**
Realização no exercício	(302.303)	102.783	(199.520)
Saldo em 31/12/2011	**2.648.717**	**(900.564)**	**1.748.153**
Realização no exercício	(302.217)	102.754	(199.463)
Saldo em 31/12/2012	**2.346.500**	**(797.810)**	**1.548.690**
Realização no exercício (depreciação)	(276.970)	94.170	(182.800)
Realização no exercício (Nota 30)	(1.264.198)	429.827	(834.371)
Saldo em 31/12/2013	**805.332**	**(273.813)**	**531.519**
Realização no exercício (depreciação)	(277.811)	94.455	(183.356)
Realização no exercício (Nota 12.5)	(1.997.296)	679.081	(1.318.215)
Saldo final em 31/12/2014	**(1.469.775)**	**499.723**	**(970.052)**

	31/12/2014		
Usina	Imobilizado R$	Impostos Diferidos Passivo R$	Patrimônio Líquido R$
UHE Jupiá	48.376	(16.448)	31.928
UHE Ilha Solteira	114.139	(38.807)	75.331
UHE Engº Sérgio Motta (Menos Valia)	(1.724.344)	586.276	(1.138.066)
UHE Paraibuna	68.154	(23.172)	44.981
UHE Jaguari	23.900	(8.126)	15.774
Total	**(1.469.775)**	**499.723**	**(970.052)**

12.5 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Conforme descrito na Nota Explicativa 12.4, a Companhia optou, quando da apresentação das Demonstrações Financeiras de 2010 e adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS, pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura em 01/01/2009 (então denominada data de transição). Este procedimento resultou na elevação do valor contábil das usinas Jupiá, Paraibuna, Jaguari e as do Complexo Ilha Solteira/Três Irmãos, e na redução do valor da usina Porto Primavera (Eng° Sergio Motta).

Cumprindo o CPC n° 01, anualmente a Administração prepara estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo imobilizado do parque gerador da Companhia em suas operações futuras, considerando os seguintes componentes e premissas:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina considerada como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente da concessão, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final da concessão, descontado a valor presente.
- Taxa de desconto compatível com o mercado (2009: 6,69%; 2010: 6,24%; 2011: 5,70%; 2012: 4,95%; 2013: 5,73%; 2014: 5,44% ao ano líquida de imposto de renda).

Em setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória n° 579, oferecendo a renovação antecipada das concessões de geração, em contrapartida da substituição do regime de preços pelo regime de cotas, e em 1º de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria Interministerial nº 580 MME/MF, informou o valor da indenização a ser pago referente aos ativos das usinas hidrelétricas enquadradas na MP 579 para as Concessionárias que aceitassem a antecipação da renovação das concessões. Em 04 de dezembro de 2012, a Companhia formalizou sua decisão em não renovar as concessões nas condições estabelecidas pela MP 579.

No encerramento das Demonstrações Financeiras de 2013, as usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos passaram a ser tratadas como Unidades Geradoras de Caixa independentes, deixando de ser consideradas de forma integrada (complexo), conforme dados fornecidos pela Portaria MME nº 32, publicada em 05 de março de 2013. Os ativos vinculados à concessão da UHE Três Irmãos foram transferidos para a rubrica "Ativo Disponível para Reversão", e a Administração fez registrar uma Provisão remanescendo o valor considerado incontroverso dos ativos que serão indenizados pelo Poder Concedente (Nota 30).

Tendo em vista que em 7 de julho de 2015 ocorrerá o vencimento das concessões das UHE's Ilha Solteira e Jupiá, foi, conforme determina o CPC nº 01, estimado o fluxo de caixa futuro das operações até o termo final das concessões. Considerando (i) que apenas em 27 de março de 2014, pela Portaria Interministerial nº 129 MME/MF, o Poder Concedente reafirmou o valor da indenização proposto para a UHE Três Irmãos, deixando evidente que não foram aceitos os argumentos da Companhia durante o processo de conciliação dos valores de indenização daquela usina, já que nos estudos da EPE não foram considerados custos sócio ambientais, eclusas e outros ativos; (ii) que, a Companhia está apurando os valores que poderão ser apresentados à ANEEL até 31 de dezembro de 2015, conforme definido pela Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013, referentes aos acréscimos decorrentes de modernizações e melhorias realizadas e ainda não depreciadas, a que a Companhia tem direito; (iii) que a Companhia ainda não conhece detalhes de como foram calculadas as indenizações e, embora solicitado, não recebeu resposta ao requerimento formulado à EPE em 07 de maio de 2014, para disponibilização do cálculo/planilhas do valor a ser indenizado das usinas Ilha Solteira e Jupiá; (iv) que não há razoável certeza quanto ao recebimento de indenização por valores apurados de acordo com os princípios internacionais de contabilidade (*deemed cost* ou Valor Novo de Reposição Depreciado), e também quanto ao próprio valor das indenizações, a Administração, apenas para fins de cumprimento do CPC nº 01 e observando o princípio contábil da prudência, está mantendo na sua contabilidade, para as UHE's Ilha Solteira e Jupiá, o valor de R$ 998.716 mil, considerado como valor de recuperação na data de encerramento do exercício e composto pelo fluxo propiciado pelas operações e pelo valor existente na contabilidade regulatória, por entendê-lo incontroverso nos termos do Contrato de Concessão.

Desta maneira, a CESP procedeu à contabilização de Provisão para redução ao valor recuperável no montante de R$ 1.997.296 registrado diretamente no resultado do exercício, na rubrica "outras despesas operacionais" (Nota 24.2), conforme apresentado no quadro abaixo.

	Ilha Solteira	Jupiá	Em 31/12/2014 Total/*Impairment*
Valor de recuperação	639.360	359.356	998.716
Ativo imobilizado líquido	(2.302.562)	(693.450)	(2.996.012)
***Impairment* Contabilizado**	**(1.663.202)**	**(334.094)**	**(1.997.296)**

	Demonstração do Resultado		Patrimônio Líquido
Composição da provisão para redução ao valor recuperável de ativo	Provisão	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial
Parcela da mais valia (IFRS)	1.997.296	679.081	1.318.215
Provisão para *impairment*	**1.997.296**	**679.081**	**1.318.215**

Cabe salientar, no entanto, que a Administração da Companhia, apesar de ter procedido ao registro dessa provisão em atendimento do CPC01 e ao princípio da prudência, reserva-se o direito de, em data futura, sustentar discussões com o Poder Concedente, visando o recebimento de indenização por valores que considere justos, e sustentáveis pelos termos de seus Contratos de Concessões.

As demais usinas pertencentes ao Parque gerador da Companhia, apresentaram fluxo de caixa positivo, não havendo necessidade de registro de provisão para desvalorização daqueles ativos em 31 de dezembro de 2014.

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As notas de médio prazo possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade da Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros impossibilitando-a de firmar contratos de arrendamento na forma de *Sale and Leaseback* e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia tem cumprido os índices exigidos que são calculados trimestralmente com base em dados financeiros em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral).

13.1 Composição

	2014				2013			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Principal	Total	Encargos	Principal	Principal	Total
Moeda Estrangeira								
Instituições Financeiras **(1)**	–	–	–	–	554	32.409	–	32.963
BNDES **(2)**	2.191	124.727	583.819	710.737	1.976	102.275	624.182	728.433
Outras Instituições	52	–	1.240	1.292	48	127	1.352	1.527
	2.243	124.727	585.059	712.029	2.578	134.811	625.534	762.923
Moeda Nacional								
Instituições Financeiras **(3)**	732	38.728	–	39.460	819	12.946	38.728	52.493
Notas de Médio Prazo **(4)**	41.171	937.034	–	978.205	37.431	–	879.388	916.819
ELETROBRÁS **(5)**	8	5.154	20.208	25.370	10	5.186	25.362	30.558
	41.911	980.916	20.208	1.043.035	38.260	18.132	943.478	999.870
	44.154	**1.105.643**	**605.267**	**1.755.064**	**40.838**	**152.943**	**1.569.012**	**1.762.793**

13.2 Informações sobre operações em Moeda Estrangeira

(1) Devido diretamente ao Governo Federal, em dólares norte-americanos, e integrou a reestruturação da dívida externa brasileira, concluída em 15 de abril de 1994, no contexto do Plano Brady, e liquidado em 15 de abril de 2014:

	Anos				Principal	
Tipo	Ventimento	Carência	Amortização	Taxa de Juros (%) ao ano	2014	2013
Bônus de Capitalização	20	10	21 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 a partir do 7º ano - 8,00	–	32.409
					–	**32.409**

(2) O saldo de principal, em 31 de dezembro de 2014, de R$ 708.546 (R$ 726.457 em 31/12/2013) refere-se a contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 4 de setembro de 2002, cujo montante original é de US$ 552.650 mil, com amortização do principal a partir de 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES, acrescido de *spread* básico de 1,91% ao ano e de descasamento de 0,95% ao ano, com vencimento de juros a partir de 15 de abril de 2003. O referido contrato é garantido pela União e contra garantido pelo Governo do Estado. Trata-se de contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do "Plano Brady", referente a "Bônus ao Par" no valor de US$ 325.516 mil e "Bônus de Desconto" no valor de US$ 227.134 mil.

13.3 Informações sobre operações em Moeda Nacional

(3) Nesta rubrica estão registradas operações com instituições financeiras nacionais, sendo o valor de principal em aberto distribuído da seguinte forma:

(a) Referia-se ao contrato com a União (BNDES/BIBS), com amortização mensal e garantia do Governo do Estado, acrescido de juros de 8,38119% ao ano e liquidado em 5 de março de 2014 (R$ 12.946 em 31/12/2013).

(b) Em 1º de abril de 2011, a Companhia efetuou a contratação de FINAME junto ao ITAÚ/BBA para reparo de 4 máquinas para as unidades geradoras da UHE de Ilha Solteira, a ser liberado em 4 parcelas de R$ 10.000 cada, corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros trimestrais de 4,15% ao ano, com vencimento em 3 parcelas no final em 48 meses (15.04.2015). O saldo do principal em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 38.728 (R$ 38.728 em 31/12/2013).

(4) Em 22 de janeiro de 2007, a Companhia efetuou o lançamento de Notas de Médio Prazo no mercado internacional, títulos fixados em reais, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, no valor de R$ 750 milhões, com juros semestrais de 9,75% ao ano, com vencimento único de principal em 15 de janeiro de 2015. O saldo de principal desta operação em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 937.034 (R$ 879.388 em 31/12/2013). Vide Nota 31.

(5) Saldo de principal de R$ 25.362 (R$ 30.548 em 31/12/2013), referente aos financiamentos com a ELETROBRÁS, como segue:

(a) Saldo de R$ 24.591 (R$ 29.590 em 31/12/2013) refere-se ao principal de financiamentos para obras civis e montagem eletromecânica da Usina de Porto Primavera, com pagamento mensal remunerado à taxa de 5% a.a., vencíveis até 30 de novembro de 2019.

(b) Saldo de R$ 771 (R$ 958 em 31/12/2013) refere-se ao principal de financiamentos para aquisição de materiais e equipamentos, formalizados através de Instrumento de Reconhecimento de Débito/IRD, com pagamento trimestral remunerado à taxa fixa de 8% ao ano, vencíveis até 15 de agosto de 2020.

13.4 Composição do saldo devedor de principal em moeda estrangeira:

	2014			2013		
		US$ mil (*)			US$ mil (*)	
Moeda	R$ mil	(Equivalente)	%	R$ mil	(Equivalente)	%
US$	709.786	267.219	100,00	760.345	324.573	100,00
	709.786	**267.219**	**100,00**	**760.345**	**324.573**	**100,00**

13.5 Cronograma de vencimentos de principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US$ mil (*) (Equivalente)	R$ mil	R$ mil	R$ mil
2016	50.924	135.263	5.152	140.415
De 2017 a 2020	168.871	448.556	15.056	463.612
De 2021 a 2024	467	1.240	–	1.240
	220.262	**585.059**	**20.208**	**605.267**

(*) Convertido para US$ à taxa de R$ 2,6562 em 31 de dezembro de 2014 (R$ 2,3426 em 31/12/2013).

13.6 As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações percentuais:

Nos Exercícios	US$	IPCA	TR	IGP-M	IGP-DI
2014	13,39	6,41	0,81	3,69	3,78
2013	14,64	5,91	0,13	5,51	5,52

14 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - FIDC

	2014				2013
	Circulante		Não Circulante		
	Encargos	Principal	Principal	Total	Total
- FIDC IV	3.748	286.878	268.716	559.342	784.444
	3.748	**286.878**	**268.716**	**559.342**	**784.444**

Para projeção de vencimentos, vide Nota 28.1.

14.1 FIDC IV

Em 18 de junho de 2007 ocorreu o ingresso do FIDC IV, no montante de R$ 1.250 milhões, sob a coordenação do Banco Bradesco S.A., em conjunto com os bancos Itaú BBA, Votorantim, ABC Brasil e Fator, com prazo de 10 anos, amortização mensal de principal em 111 parcelas, vencimento final em 8 de maio de 2017 e pagamento de juros mensais, indexados pelo CDI + 1,75% ao ano O fundo está vinculado a 138 contratos de venda de energia oriundos de leilão de energia nova no ambiente regulado.

Os recursos das operações destinaram-se à liquidação de obrigações do serviço da dívida da Companhia. A Companhia possui cauções em quotas subordinadas desta operação no montante de R$ 81.197 (Nota 10).

Na estruturação do FIDC CESP IV há a previsão que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, será considerado como Evento de Avaliação. O Administrador do Fundo convocará Assembleia Geral que decidirá se tal evento deva ser considerado como Evento de Liquidação. Se esta for a decisão, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos no Regulamento para a liquidação do Fundo.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores em milhares de reais)

15 DEMONSTRATIVO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E FIDC
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA

Valores em R$ mil

	Contrato	Moeda	Nota Explicativa	Encargos Financeiros Anuais (%)	Vencimento Final	Periodicidade de Pagamentos: Encargos	Periodicidade de Pagamentos: Principal	Encargos	Circulante	Não Circulante	2014 Total	2013 Total
MOEDA ESTRANGEIRA								**2.243**	**124.727**	**585.059**	**712.029**	**762.923**
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS								**–**	**–**	**–**	**–**	**32.963**
	BRADY - CAPITALIZAÇÃO	US$	13.2 item 1	Taxa Fixa = 8% a.a.	abr-2014	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	–	–	–	–	32.963
BNDES	BRADY	US$	13.2 item 2	2,86% a.a.+ UMBNDES	abr-2019	(Fev, Abr, Jun, Ago, Out,Dez)	(Fev, Abr, Jun, Ago, Out, Dez)	**2.191**	**124.727**	**583.819**	**710.737**	**728.433**
OUTRAS INSTITUIÇÕES								**52**	**–**	**1.240**	**1.292**	**1.527**
	ELETROPAULO	US$		Div (0,8125% a.a.+ LIBOR) até 8% a.a.	abr-2024	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	52	–	1.240	1.292	1.527
MOEDA NACIONAL								**41.911**	**980.916**	**20.208**	**1.043.035**	**999.870**
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS								**732**	**38.728**	**–**	**39.460**	**52.493**
	B. BRASIL - (BNDES/BIB's)	R$	13.3 item 3	8,38119% a.a + (IGP-M/TJLP - 6% a.a.)	mar-2014	Mensal	Mensal	–	–	–	–	13.033
	BNDES - Finame ITAÚ-BBA	R$		(TJLP + 4,15% a.a.)	abr-2015	Trimestral	3 Parcelas no final	732	38.728	–	39.460	39.460
MEDIUM TERM NOTES												
	BÔNUS - SÉRIE 8	R$	13.3 item 4	9,75% a.a. + IPC-A	jan-2015	Sem. Jan. e Jul.	Parcela Única no Final	**41.171**	**937.034**	**–**	**978.205**	**916.819**
ELETROBRÁS								**8**	**5.154**	**20.208**	**25.370**	**30.558**
	ELETROBRÁS - RGR	R$	13.3 item 5	Taxa Fixa = 5% a.a.	nov-2019	Mensal	Mensal	–	5.002	19.589	24.591	29.591
	ELETROBRÁS - IRD	R$		Taxa Fixa = 8% a.a.	ago-2020	Trim. (Fev, Mai, Ago, Nov)	Trim. (Fev, Mai, Ago, Nov)	8	152	619	779	967
OUTRAS DÍVIDAS								**3.748**	**286.878**	**268.716**	**559.342**	**784.444**
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS			14					**3.748**	**286.878**	**268.716**	**559.342**	**784.444**
	FIDC IV	R$		1,75% a.a. + CDI	mai-2017	Mensal	Mensal	3.748	286.878	268.716	559.342	784.444
							TOTAL GERAL	**47.902**	**1.392.521**	**873.983**	**2.314.406**	**2.547.237**

15.1 Movimentação de Empréstimos e financiamentos, FIDC e Valores a Pagar

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	FIDC	Valores a Pagar	Total
Saldo inicial em 31/12/2012	**1.198.174**	**1.269.614**	**1.002.529**	**122.775**	**3.593.092**
Ingressos	5.508	–	–	–	5.508
Juros e Comissões	99.915	79.089	19.897	5.841	204.742
Variações Monetárias	61.925	–	70.505	(872)	131.558
Variações Cambiais	–	161.807	–	–	161.807
Amortização de Principal	(258.997)	(652.029)	(308.487)	(121.404)	(1.340.917)
Amortização de Juros	(106.655)	(95.558)	–	(6.340)	(208.553)
Saldo em 31/12/2013	**999.870**	**762.923**	**784.444**	**–**	**2.547.237**
Juros e Comissões	92.777	47.243	11.625	–	151.645
Variações Monetárias	57.660	–	68.332	–	125.992
Variações Cambiais	–	82.645	–	–	82.645
Amortização de Principal	(18.146)	(133.125)	(305.059)	–	(456.330)
Amortização de Juros	(89.126)	(47.657)	–	–	(136.783)
Saldo final em 31/12/2014	**1.043.035**	**712.029**	**559.342**	**–**	**2.314.406**

16 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2014	2013
Circulante		
COFINS sobre receitas	22.044	24.725
PIS sobre receitas	4.785	5.366
ICMS sobre fornecimento de energia (substituição tributária)	3.621	1.821
Imposto de renda sobre lucro	3.798	–
Contribuição social sobre lucro	3.470	–
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	5.892	5.482
Encargos sociais sobre folha de pagamento - empresa	4.447	4.902
Impostos e contribuições sociais de prestadores de serviços	1.973	1.759
Tributos e contribuições sociais - parcelamento REFIS (*)	–	7.594
	50.030	**51.649**

(*) Movimentação:

Tributos e contribuições sociais - parcelamentos (CP) 31.12.2013	7.594
(+) Atualização/juros	134
(–) Pagamentos	(7.728)
Saldo em 31.12.2014	**–**

Composição:

	2014 Circulante	2014 Não Circulante	2014 Total	2013 Total
Dívidas Previdenciárias - RFB	–	–	–	7.594
	–	**–**	**–**	**7.594**

Quando da consolidação desses débitos foram efetuadas as opções de prazo disponibilizadas, sendo que a Companhia optou pelo pagamento em 36 parcelas, atualizadas pela SELIC. O primeiro recolhimento foi efetuado em junho/2011 e o último em maio/2014.

17 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	2014 Circulante	2014 Não Circulante	2014 Total	2013 Total
- Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS (Nota 17.2.1)	136.023	260.710	396.733	366.374
- Contrato de Dívida - outros (Nota 17.2.2)	23.667	45.363	69.030	86.872
- Ajuste CPC 33/IAS 19	(159.690)	(174.182)	(333.872)	(390.331)
	–	**131.891**	**131.891**	**62.915**

17.1 Planos de Benefícios

A CESP patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 2,5% da parcela. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado/BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago após desligamento do empregado e desde que este tenha cumprido as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

17.2 Demonstração do Passivo a ser registrado de acordo com CPC 33 (R1)/IAS 19

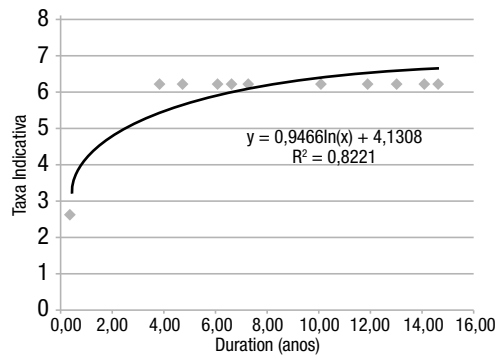
Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2014, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R1)/IAS 19, a composição de ativos e passivos relativos à cobertura dos planos de benefícios definidos - BD é como segue:

17.2.1 Premissas Atuariais

	Taxas Nominais 2014 BSPS	2014 BD	2013 BSPS	2013 BD
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	10,98%	10,98%	10,76%	10,76%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	10,98%	10,98%	10,76%	10,76%
Taxa de crescimento salarial	na	7,64%	na	7,12%
Taxa de inflação	4,50%	4,50%	4,00%	4,00%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,50%	4,50%	4,00%	4,00%
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo			0,9784	
Taxa de rotatividade	nula		nula	
Tábua de mortalidade geral	AT - 2000		AT - 83	
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT-FRACA		LIGHT-FRACA	
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 49		AT - 49	
Tábua de mortalidade de ativos	Método de Hamza		Método de Hamza	
Nº de participantes ativos	683	931	941	1.211
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	4.275	1.409	4.075	1.159
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	197	72	201	72
Nº de participantes inativos - pensionistas	888	130	860	116

Valor justo dos Ativos do plano de benefícios	**BSPS 2014**	**BSPS 2013**	**BD 2014**	**BD 2013**
Ativos				
Disponível	198	187	1	3
Recebível	18.328	16.306	118	113
Investimento (*)	3.635.807	3.522.457	563.762	520.325
	3.654.333	3.538.950	563.881	520.441
Obrigações	(89.022)	(107.089)	(3.570)	(3.299)
Fundos não Previdenciais	(1.027)	(1.037)	–	–
Valor justo	**3.564.284**	**3.430.824**	**560.311**	**517.142**

(*) Composto por títulos públicos, fundos de investimentos, investimentos imobiliários, empréstimos, entre outros.



17.2.2 Avaliação Atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A Companhia, a partir das demonstrações financeiras reapresentadas em 1º de janeiro de 2012, passou a reconhecer os ganhos ou perdas atuariais no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

17.2.2.1 Plano BSPS - Cobertura vigente até 31 de dezembro de 1997:

Trata-se de cobertura do tipo Benefício Definido relativa a um Benefício Definido Saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (B.S.P.S.), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31/12/97, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pelas insuficiências atuariais dessa cobertura é da Patrocinadora CESP.

Análise de Sensibilidade	**2014**	**2013**
Valor das Obrigações ao final do ano se:		
- taxa de desconto for reduzida em 0,50%	3.865.510	3.649.903
- taxa de desconto for aumentada em 0,50%	3.539.704	3.349.221
- Inflação for reduzida em 0,50%	3.696.175	3.493.739
- Inflação for aumentada em 0,50%	3.696.175	3.493.739
- Taxa de crescimento salarial for reduzida em 0,50%	3.696.175	3.493.739
- Taxa de crescimento salarial for aumentada em 0,50%	3.696.175	3.493.739
- Taxa de reajuste de benefícios for reduzida em 0,50%	3.696.175	3.493.739
- Taxa de reajuste de benefícios for aumentada em 0,50%	3.696.175	3.493.739
Fluxo de Caixa Projetados	**2014**	**2013**
Estimativa das contribuições da empresa para o plano no ano seguinte:	176.207	131.746
Benefícios esperados nos próximos anos:		
2014	–	309.535
2015	319.092	308.329

(a) Conciliação dos ativos e passivos do Plano

	2014	2013
Valor da obrigação atuarial líquida	(3.696.175)	(3.493.739)
Valor justo dos ativos dos planos	3.564.284	3.430.824
Total do ativo (passivo) líquido	**(131.891)**	**(62.915)**

(b) Movimentação do passivo do Plano

	2014	2013
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	(3.493.739)	(4.421.752)
Custo dos juros	(359.699)	(337.984)
Ganho/(Perda) atuarial	(147.041)	946.877
Benefícios pagos	304.304	319.120
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	**(3.696.175)**	**(3.493.739)**

(c) Movimentação do ativo do Plano

	2014	2013
Valor justo do ativo do plano	3.430.824	4.114.882
Contribuição do empregador	128.775	36.674
Rendimento esperado dos ativos do plano	359.836	315.177
Ganho/(perda) dos ativos	(50.847)	(716.789)
Benefícios pagos	(304.304)	(319.120)
Valor justo do ativo do plano	**3.564.284**	**3.430.824**

(d) Movimentação do passivo atuarial da CESP

	2014	2013
Saldo do Passivo/(Ativo) Atuarial no início do exercício	62.915	306.870
(Receita) despesa do exercício	(137)	22.807
Contribuições pagas pela empresa	(115.603)	(36.674)
Contribuições das participações para o plano	(13.172)	
Efeito das remensurações reconhecidas em ORA	197.888	(230.088)
Saldo do Passivo/(Ativo) Atuarial no final do exercício	**131.891**	**62.915**

(e) Movimentação de outros resultados abrangentes (ORA)

	2014	2013
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de experiência do plano	(28.538)	95.128
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudança de premissa financeira	95.341	(1.042.005)
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudança de premissa demográfica	80.238	–
Rendimento dos ativos do plano (superior)/inferior à taxa de desconto	50.847	716.789
Movimento em ORA durante o exercício	**197.888**	**(230.088)**

(f) Componentes do resultado do exercício

	2014	2013
Custo de juros sobre a obrigação	359.699	337.984
Rendimento sobre os ativos financeiros	(359.836)	(315.177)
(Receita)/despesa do exercício	**(137)**	**22.807**

(g) Despesa/(Receita) estimada para 2015

	2015
Custo dos juros sobre obrigações atuariais	388.778
Rendimento dos investimentos dos ativos do plano	(383.718)
Total da despesa	**5.060**

17.2.2.2 Plano BD - Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997:

Trata-se de cobertura do Tipo Benefício Definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31/12/97, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade, limitado o salário mensal a 10 vezes o valor da Unidade de Referência - URE, que corresponde ao valor de R$ 1.031,87 na data da implantação do Plano, atualizado nas mesmas épocas e nos mesmos índices de reajustamento geral de salário concedido pela Patrocinadora, deduzindo-se, dos 70% dessa média salarial mensal real, o correspondente ao valor médio real da Unidade de Referência - URE relativa também aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31/12/97) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31/12/97. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais dessa Cobertura é compartilhada paritariamente entre a Patrocinadora e os participantes (inclusive os assistidos) e, portanto, somente 50% da insuficiência do Ativo do Plano para cobrir o valor presente da obrigação atuarial do Plano será de responsabilidade da Patrocinadora CESP.

Análise de Sensibilidade:	**2014**	**2013**
Valor das Obrigações ao final do ano se:		
- taxa de desconto for reduzida em 0,50%	477.560	416.432
- taxa de desconto for aumentada em 0,50%	427.107	373.696
- Inflação for reduzida em 0,50%	451.126	394.029
- Inflação for aumentada em 0,50%	451.126	394.029
- Taxa de crescimento salarial for reduzida em 0,50%	447.826	391.103
- Taxa de crescimento salarial for aumentada em 0,50%	454.594	397.181
- Taxa de reajuste de benefícios for reduzida em 0,50%	451.126	394.029
- Taxa de reajuste de benefícios for aumentada em 0,50%	451.126	394.029
Fluxo de Caixa Projetados	**2014**	**2013**
Estimativa das contribuições da empresa para o plano no ano seguinte:	3.440	3.902
Benefícios esperados nos próximos anos:		
2014	–	25.409
2015	28.532	26.663

(a) Conciliação dos ativos e passivos do Plano

	2014	2013
Valor da obrigação atuarial líquida	(451.126)	(394.029)
Valor justo dos ativos dos planos	560.311	517.142
Valor presente da obrigação em excesso ao valor justo dos ativos	109.185	123.113
Efeito da eliminação de ativo líquido ("teto do ativo")	(109.185)	(123.113)
Total do ativo (passivo) líquido	**–**	**–**

(b) Movimentação do passivo do Plano

	2014	2013
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	(394.029)	(528.780)
Custo dos serviços correntes	(3.751)	(12.287)
Custo dos juros	(41.065)	(41.015)
Ganho/(perda) atuarial	(29.293)	176.890
Benefícios pagos	17.012	11.163
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	**(451.126)**	**(394.029)**

(c) Movimentação do ativo do plano

	2014	2013
Valor justo do ativo do plano	517.142	559.986
Contribuição do empregador	4.784	5.862
Contribuições do empregado	5.245	5.958
Rendimento dos ativos do plano	50.152	(43.501)
Benefícios pagos	(17.012)	(11.163)
Valor justo do ativo do plano	**560.311**	**517.142**

(d) Movimentação do passivo atuarial da CESP

	2014	2013
Saldo do Passivo/(Ativo) Atuarial no início do exercício	–	–
(Receita) despesa do exercício	3.546	12.070
Contribuições pagas pela empresa	(4.784)	(5.862)
Contribuições dos participantes para o plano	(5.245)	(5.958)
Efeito das remensurações reconhecidas em ORA	6.483	(250)
Saldo do Passivo/(Ativo) Atuarial no final do exercício	**–**	**–**

(d.1) Efeitos das remensurações reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes

	2014	2013
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de experiência do plano	7.820	37.183
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudança de premissa financeira	14.682	(214.028)
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudança de premissa demográfica	6.791	(45)
Rendimento dos ativos do plano (superior)/inferior à taxa de desconto	4.365	87.198
Variação do "teto do ativo"	(27.175)	89.442
Movimento em ORA durante o exercício	**6.483**	**(250)**

(d.2) Componentes do resultado do exercício

	2014	2013
Custo do serviço corrente	3.751	12.287
Custo de juros sobre a obrigação	41.065	41.015
Rendimento esperado sobre os ativos financeiros	(54.517)	(43.697)
Custo de juros sobre o "teto do ativo"	13.247	2.465
(Receita)/despesa do exercício	**3.546**	**12.070**

(e) Despesa/(Receita) estimada para 2015

	2015
Custo do serviço corrente	3.889
Custo dos juros sobre obrigações atuariais	48.008
Despesa com juros sobre o ajuste do "teto do ativo"	11.988
Rendimento esperado dos ativos do plano	(60.180)
Total da despesa	**3.705**

17.3 Equacionamento financeiro dos planos de benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar e garantir o fluxo de caixa entre a CESP e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Companhia em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contratos de mútuos e contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possuem cláusula variável, conforme segue:

17.3.1 Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Saldado

Refere-se a saldo de contrato de ajuste das reservas matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao "benefício suplementar proporcional saldado". O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 31 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a. ou o custo atuarial, dos dois o maior.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ou deduzido do saldo do contrato e as parcelas de amortizações futuras são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

17.3.2 Contrato de Dívida

Refere-se a saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação de retenção de reservas com início em 31 de dezembro de 1997, que previa amortização em 96 parcelas mensais e atualização pela variação da TR e juros de 8% a.a. Ao final de cada exercício contábil da Fundação, compara-se o resultado obtido com o custo atuarial (IGP-DI + 6% a.a.), prevalecendo aquele que apresentar o maior resultado.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores em milhares de reais)

Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repactuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de novembro de 2017.

Conforme mencionado acima, esses contratos possuem cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representam, na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da CESP é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 31 de dezembro de 2014, a diferença entre os saldos apresentados desses contratos e o valor do passivo, registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19 é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que são ajustadas anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Na essência, os contratos de dívida são considerados garantia para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

18 TAXAS REGULAMENTARES/ENCARGOS DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

	2014	2013
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal **(a)**	12.359	36.860
- Diferença de Quotas - 2012	–	18.399
- Diferença de Quotas - 2013 **(b)**	33.600	–
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	22.340	32.865
Taxa de Fiscalização - ANEEL	1.541	1.241
Quotas para P&D - FNDCT **(c)**	2.167	2.636
Quotas para P&D - EPE **(c)**	1.084	1.318
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST **(d)**	41.609	39.799
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg **(e)**	713	689
Não Circulante	115.413	133.807
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2013 **(b)**	–	33.600
- Diferença de Quotas - 2014 **(f)**	70.969	–
	70.969	33.600
	186.382	**167.407**

(a) Quota RGR do mês de dezembro de 2014, de R$ 7.060 acrescida de 7 parcelas de R$ 757, do período dezembro/2014 a junho/2015, conforme despacho ANEEL 3.789, de 19 de setembro de 2014.
(b) Diferença de quota RGR 2013, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em julho/2015.
(c) Referem-se às quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
(d) Referem-se aos encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1555 de 27 de junho de 2013, atualizada anualmente e nº 1758 de 24 de junho de 2014.
(e) Pagamento referente aos encargos de uso do sistema de distribuição - TUSDg, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.591, de 28.08.2013 e 1.641, de 22.10.2013.
(f) Diferença de quota RGR 2014, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em julho/2016.

19 PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS

A Companhia possui processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisões para aquelas que são consideradas perdas prováveis.

Composição:

	31/12/2013 Saldo	Movimentação Provisão/(Reversão)	Movimentação (–) Pagamentos	31/12/2014 Saldo
Trabalhistas				
Ações diversas	237.793	207.346	(32.926)	412.213
Cíveis				
Ações diversas	22.193	3.392	(399)	25.186
Tributárias				
Ações diversas	1.024	14.035	(161)	14.898
Indenizações				
Ações ambientais	551.568	300.238	(5.750)	846.056
Ações cíveis	870.991	96.939	(11.017)	956.913
Desapropriações				
Ações de desapropriações - Usinas CESP	219.573	35.087	(943)	253.717
Ações de desapropriações - empresas cindidas	413.843	(259.272)	(2.688)	151.883
Soma Indenizações e Desapropriações	2.055.975	172.992	(20.398)	2.208.569
Total	**2.316.985**	**397.765**	**(53.884)**	**2.660.866**

	31/12/2012 Saldo	Movimentação Provisão/(Reversão)	Movimentação (–) Pagamentos	31/12/2013 Saldo
Trabalhistas				
Ações diversas	191.429	70.679	(24.315)	237.793
Cíveis				
Ações diversas	20.202	2.392	(401)	22.193
Tributárias				
Ações diversas	1.232	843	(1.051)	1.024
Indenizações				
Ações ambientais	493.750	64.863	(7.045)	551.568
Ações cíveis	742.770	130.613	(2.392)	870.991
Desapropriações e indenizações				
Ações de desapropriações - Usinas CESP	200.971	21.053	(2.451)	219.573
Ações de desapropriações - empresas cindidas	291.119	129.298	(6.574)	413.843
	1.728.610	345.827	(18.462)	2.055.975
Total	**1.941.473**	**419.741**	**(44.229)**	**2.316.985**

Os riscos legais, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

	2014 Expectativa de perda			
Espécie	**Provável**	**Possível**	**Remota**	**Total**
Ações trabalhistas	412.213	271.247	197.027	880.487
Ações cíveis diversas	25.186	180.894	4.276	210.356
Ações tributárias	14.898	29.635	8.183	52.716
Ações ambientais	846.056	1.163.461	1.267.439	3.276.956
Ações cíveis	956.913	3.169.709	1.885.244	6.011.866
Ações de desapropriações - Usinas CESP	253.717	951.318	88.357	1.293.392
Ações de desapropriações - empresas cindidas	151.883	255.865	801	408.549
	2.660.866	**6.022.129**	**3.451.327**	**12.134.322**

Em 31 de dezembro de 2014, o valor total pleiteado pelos demandantes nas diversas ações é de R$ 12.134.322. Nesta mesma data, a provisão total para os riscos judiciais com expectativa de perda provável é de R$ 2.660.866, sendo que a Companhia possui depósitos judiciais em garantia de processos no montante de R$ 691.542 (R$ 516.272 em 31 de dezembro de 2013), referente a ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais (Nota 10) e R$ 100.332 (imobilizado em curso - Nota 12).

A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir:

19.1 Reclamações Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2014, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R$ 880.487. A CESP mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R$ 412.213 representadas por 712 ações judiciais. A Companhia mantém depósitos judiciais em garantia de processos da ordem de R$ 53.620.

A CESP é ré em 45 processos, cujo risco de perda é avaliado como provável, relacionados a insalubridade/periculosidade, que totalizam R$ 237.613. O restante dos processos refere-se a diversas ações cuja totalidade é de R$ 174.600 associados a 667 ações judiciais.

Os processos trabalhistas com expectativa de perda possível totalizam R$ 271.247 correspondentes a 975 processos, sendo 23 destes relacionados à Lei Estadual nº 4.819/58 que tratam de ações cujos reclamantes pleiteiam principalmente: (i) transferência da folha de pagamento diretamente da Fazenda do Estado de São Paulo; (ii) diferença de complementação de aposentadoria; (iii) devolução do desconto de PSAP; e (iv) devolução do desconto previdenciário (11%) decorrente da EC nº 20/98, no montante de R$ 51.385. O valor remanescente, de R$ 219.862, corresponde a 952 processos.

19.2 Ações Cíveis Diversas

19.2.1 Portarias do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias nº 38 e nº 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. As ações cujos riscos são avaliados como de perdas prováveis e possíveis, em 31 de dezembro de 2014, são R$ 25.186 e R$ 12.317 respectivamente.

19.2.2 Ação AES - Sul

Trata de ação declaratória com pedido de tutela antecipada movida pela AES Sul. Houve liminar autorizando a recontabilização de valores na CCEE em favor da AES Sul. A CESP e demais agentes obtiveram liminar afastando a recontabilização e liquidação determinadas por aquele juízo e passaram a integrar a lide. A Companhia já contestou a ação, a qual encontra-se até o momento sem uma decisão da Justiça. A AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor, sendo a parte da CESP de aproximadamente R$ 168.577, cujo risco de perda é avaliado como possível.

19.3 Ações Tributárias

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias no montante estimado de R$ 52.716, composto por R$ 14.898 com expectativa de perda considerada provável, referente a 5 processos judiciais e com depósitos em garantia no montante de R$ 16.271 (R$ 16.832 em 31 de dezembro de 2013). Outras 102 ações, classificadas como de perda possível, totalizam R$ 29.635.

19.4 Ações Ambientais

A CESP responde a ações ambientais que têm por objeto a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas, reserva legal, lençol freático e indenização por perdas econômicas e danos à ictiofauna.

A estimativa da soma das ações, com risco de perda avaliado como provável e possível, alcança R$ 2.009.517 em 31/12/2014, conforme abaixo:

	Provável	Possível	Total
Proteção de encosta	183.774	463.715	647.489
Descumprimento de acordo	416.782	174.804	591.586
Parques	216.557	–	216.557
Mata ciliar	–	147.749	147.749
Lençol freático	–	326.399	326.399
Outros	28.943	50.794	79.737
	846.056	**1.163.461**	**2.009.517**

A Companhia mantém registrado o valor de R$ 454.943 (R$ 295.992 em 31/12/2013) em depósitos judiciais referentes a processos ambientais (Nota 10).

19.5 Ações Cíveis - Usinas CESP

19.5.1 Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total das ações cujo risco de perda é avaliado como provável e possível, em 31 de dezembro de 2014, é de R$ 155.370 e R$ 516.711 respectivamente, para 228 processos. Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial, que na maioria dos casos têm sido favoráveis à Companhia, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes.

19.5.2 Ações de Oleiros Ceramistas

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 92 ações envolvendo o valor de R$ 694.558 com avaliação de risco de perda provável e R$ 477.607 com risco de perda possível em 31 de dezembro de 2014. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados como tempo para manutenção da atividade de oleiro ceramista.

19.5.3 Ações de Inadimplemento Contratual e Outros

Existem 60 ações em curso contra a CESP que pleiteiam indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados às usinas integrantes do seu parque gerador, sendo constituída provisão de R$ 37.138 e R$ 69.847, relacionadas a processos cuja probabilidade de perda é avaliada como provável. Existem ainda outras ações consideradas com probabilidade de perda possível, sendo 5 ações de inadimplemento contratual, que totalizam R$ 1.845.648 e 210 processos no montante de R$ 329.743.

19.6 Ações de Desapropriações - Usina CESP

Estão constituídas provisões no montante de R$ 253.717 para 79 ações de desapropriações envolvendo a formação dos reservatórios de suas usinas, cujo risco de perda é avaliado como provável pelos assessores jurídicos da Companhia. As ações de desapropriações com expectativa de perda possível totalizam R$ 951.318 referentes a 6 processos judiciais.

19.7 Ações Cíveis/Desapropriações - Empresas Cindidas

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor pretendido pelos expropriados correspondente a todas essas ações é de R$ 408.549.

A CESP mantém registrada provisão de R$ 151.883 para as obrigações referentes às empresas decorrentes dos processos de cisão parcial, com expectativa de perda provável.

20 OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

20.1 Obrigações Socioambientais

	2014	2013
Circulante		
Termo de ajustamento de conduta - TAC **(a)**	–	12.418
	–	12.418
Não Circulante		
Reflorestamento **(b)**	75.000	75.000
Licenciamento	26.192	34.800
	101.192	109.800
	101.192	**122.218**

(a) Refere-se a Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, parcelado em 60 meses, com pagamento iniciado em setembro de 2009 e liquidado em agosto de 2014.
(b) Refere-se ao compromisso de adquirir áreas e de realizar projetos de reflorestamento no Parque Rio do Peixe, Ivinhema e Porto Primavera.

A movimentação dos saldos está representada por:

	31/12/2013	Reversão (Nota 26)	Atualização (Nota 25)	(–) Pagamentos	31/12/2014
Circulante					
Termo de ajustamento de conduta - TAC	12.418	–	265	(12.683)	–
Não Circulante					
Reflorestamento	75.000	–	–	–	75.000
Licenciamento	34.800	(8.608)	–	–	26.192
	109.800	(8.608)	–	–	101.192
	122.218	**(8.608)**	**265**	**(12.683)**	**101.192**

	31/12/2012	Provisão (Nota 26)	Atualização (Nota 25)	(–) Pagamentos	(+/–) Transferência	31/12/2013
Circulante						
Termo de ajustamento de conduta - TAC	24.163	–	1.197	(29.371)	16.429	12.418
Não Circulante						
Termo de ajustamento de conduta - TAC	16.429	–	–	–	(16.429)	–
Reflorestamento	107.000	(32.000)	–	–	–	75.000
Licenciamento	104.712	(69.912)	–	–	–	34.800
	228.141	(101.912)	–	–	(16.429)	109.800
	252.304	**(101.912)**	**1.197**	**(29.371)**	**–**	**122.218**

20.2 Outras Obrigações

	2014	2013
Circulante		
Fundação CESP **(a)**	13.566	12.561
P&D - Projetos **(b)**	125.155	98.328
Parcelamento de Ações de Desapropriações **(c)**	–	442
Outros	5.413	4.070
	144.134	115.401
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR (reversão/amortização)	15.481	15.481
Outros	1.995	1.811
	17.476	17.292
	161.610	**132.693**

(a) Saldo de prestação de contas com a entidade de previdência e inclui principalmente contingência previdenciária com o INSS, com avaliação de risco de perda provável.
(b) Saldo de recursos a serem aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento/P&D, atualizados pela SELIC.
(c) Refere-se a acordo judicial, para parcelamento de processos de desapropriações de usinas de empresas cindidas (Duke Energy), celebrado em 28.05.2010, para pagamento em 24 parcelas com atualização pela variação do IPC-FIPE e acrescido de juros de 0,5% ao mês.

21 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A remuneração da Administração da Companhia em 2014 foi de R$ 2.239 (R$ 2.556 em 2013), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R$ 1.865 (R$ 2.138 em 2013) e encargos sociais no valor de R$ 374 (R$ 418 em 2013).

As transações com partes relacionadas estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

			Saldo em 31/12/2014 Ativo		Passivo		Acumulado em 2014
Empresas	**Nota**	**Natureza da operação**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Resultado Receita/(despesa)**
CPTM **(a)**	6	Venda de energia	4.459	–	–	–	51.369
Órgãos do Estado de SP **(b)**		Cessão de empregados	9.372	–	–	–	–
EMAE **(c)**		Aluguel	–	–	102	–	(1.208)
Eletrobras	13	Empréstimos	–	–	5.162	20.208	(1.807)
Fundação CESP	17	Entidade de previdência	–	–	–	131.891	(3.409)

			Saldo em 31/12/2013 Ativo		Passivo		Acumulado em 2013
Empresas	**Nota**	**Natureza da operação**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Resultado Receita/(despesa)**
CPTM **(a)**	6	Venda de energia	4.049	–	–	–	41.000
DAEE		Cessão de créditos	–	–	–	–	1.689
Órgãos do Estado de SP **(b)**		Cessão de empregados	28.233	–	–	–	–
EMAE **(c)**		Aluguel	–	–	98	–	(1.187)
Eletrobras	13	Empréstimos	–	–	5.196	25.362	(1.856)
Eletrobras		Valores a pagar	–	–	–	–	(4.969)
Fundação CESP	17	Entidade de previdência	–	–	–	62.915	(34.877)

(a) Termos de aditamentos celebrados com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM (controlada pelo Governo do Estado), para fornecimento de energia elétrica, na categoria de consumidores livres, nos termos do mercado livre, determinados pelos agentes reguladores do setor elétrico, a preços de mercado, obtidos em oferta pública.
(b) Cessão de empregados, mediante ressarcimento, à Secretaria de Energia, Transportes, DAEE e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo.
(c) Contrato de locação de imóvel (edificações) de propriedade da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (empresa do acionista controlador), que a Companhia utiliza para sua sede e seus escritórios administrativos, com o aluguel mensal atualizado de R$ 102.

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

22.1 Capital Social

O capital social integralizado de R$ 5.975.433 está dividido em 109.167.620 ações ordinárias, 7.610.953 ações preferenciais classe A e 210.724.100 ações preferenciais classe B. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto Social, até o limite máximo de R$ 17.926.300, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Os principais acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades							
	Ordinárias	%	Preferenciais Classe A	%	Preferenciais Classe B	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo	102.706.383	94,08	–	–	15.135.166	7,18	117.841.549	35,98
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ	1.323.626	1,21	–	–	–	–	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	6.690	0,01	–	–	–	–	6.690	0,01
Companhia Paulista de Parcerias - CPP	–	–	–	–	13.793.103	6,55	13.793.103	4,21
Outros	2.175	–	–	–	700	–	2.875	–
	104.038.874	95,30	–	–	28.928.969	13,74	132.967.843	40,60
Outros								
Credit Suisse Securities (Europe)	–	–	–	–	–	–	–	–
UBS AG London Branch	300	0,00	–	–	15.661.282	7,43	15.661.582	4,78
BLACKROCK, INC.	–	–	–	–	10.589.915	5,03	10.589.915	3,23
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	37.633	0,03	6.664.526	87,56	–	–	6.702.159	2,05
HSBC Bank PLC London	–	–	–	–	30.297.005	14,38	30.297.005	9,25
The Bank of New York - ADR Department	32.702	0,03	166.524	2,19	–	–	199.226	0,06
Pessoas Físicas	2.934.837	2,69	658.082	8,65	2.728.993	1,30	6.321.912	1,93
Outras Pessoas Jurídicas	2.116.558	1,94	92.592	1,22	122.517.936	58,14	124.727.086	38,09
Outros	6.716	0,01	29.229	0,38	–	–	35.945	0,01
	5.128.746	4,70	7.610.953	100,00	181.795.131	86,27	194.534.830	59,40
	109.167.620	100,00	7.610.953	100,00	210.724.100	100,00	327.502.673	100,00
Capital social integralizado por ações em R$ Mil	**1.991.812**		**138.865**		**3.844.756**		**5.975.433**	

22.2 Direitos das Ações

(a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:
- A prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B;
- Não terão direito a voto e serão irresgatáveis; e
- Às ações preferenciais classe A, é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.

(b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:
- Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos do Estatuto Social;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;
- Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
- Serão irresgatáveis.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores em milhares de reais)

(c) Cada ação ordinária nominativa tem direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

(d) Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconversíveis.

22.3 Reservas de Capital

	2014	2013
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	1.929.098	1.929.098

Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

22.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009, o efeito líquido da variação do valor do ativo imobilizado (incremento para alguns ativos, e decréscimo para outros), pela adoção do custo atribuído (Nota 12.4), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". A realização é contabilizada na conta "Lucros acumulados" na medida em que a depreciação e baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

	Imobilizado R$	Impostos Diferidos Passivo R$	Patrimônio Líquido R$
Saldo inicial em 31/12/2013	**805.332**	**(273.813)**	**531.519**
Realização no exercício (depreciação)	(277.811)	94.455	(183.356)
Realização no exercício (Nota 12.5)	(1.997.296)	679.081	(1.318.215)
Saldo final em 31/12/2014	**(1.469.775)**	**499.723**	**(970.052)**

Conforme divulgado na Nota Explicativa 12.5, durante o presente exercício a Companhia procedeu à avaliação quanto à recuperabilidade de seus ativos, concluindo pela necessidade de registro de provisão relativamente às usinas de Ilha Solteira e Jupiá, no valor de R$ 1.997.296. Consequentemente, o valor de R$1.318.215, correspondente da mais valia desses ativos (líquida de impostos), até então mantidas na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, foi transferida para a conta de Lucros Acumulados. O valor, remanescente, de R$ 970.052, corresponde basicamente à "menos valia" apurada sobre a Usina de Porto Primavera, que será realizada pela transferência para a conta de Lucros acumulados, à medida da depreciação ou realização daqueles ativos.

22.5 Reservas de Lucros

	2014	2013
Reserva legal	83.623	55.616
Reserva estatutária	405.546	111.633
Reserva de lucros a realizar **(*)**	167.569	200.974
	656.738	**368.223**

(*) Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada a proposta de constituição da Reserva de lucros a realizar, tendo em vista que:

(a) O Lucro líquido do exercício de 2009, de R$ 763 milhões, foi fortemente influenciado pelo resultado financeiro positivo de receitas de variações cambiais no montante de R$ 665 milhões. Deste lucro, a parcela de R$ 580 milhões referia-se a variações cambiais não realizadas financeiramente, devido à existência de passivos de longo prazo. O reconhecimento dessa receita não implicou em ingresso de caixa e constituiu-se em resultado não realizado. A realização dessa reserva vem ocorrendo por ocasião do pagamento das parcelas de principal dos empréstimos e financiamentos a cada exercício (Nota 13.5).

(b) A Reserva de lucros a realizar acima citada foi constituída com base no Parecer de Orientação CVM nº 13/1987 e a Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2006, e Inciso II, do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, referente às parcelas de variações cambiais a se realizarem até 2019.

(c) Esta reserva, se não absorvida por prejuízos, será realizada de acordo com o cronograma abaixo, pelo valor das parcelas em cada ano de realização, as quais integrarão a base de dividendos das propostas de destinação de resultados aos acionistas, nos respectivos exercícios sociais, em conformidade com o inciso III, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Composição das parcelas a realizar:

Exercícios	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Parcelas a Realizar	27.955	31.097	34.593	38.482	35.442	**167.569**

Neste exercício está sendo realizada a parcela no valor de R$ 33.405 (Nota 22.6).

22.6 Proposta de Destinação do Resultado

Conforme Estatuto da Companhia, aos acionistas, havendo lucro suficiente para tanto, é assegurada a distribuição de dividendo anual obrigatório correspondente à 10% do capital social.

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, está sendo proposta a destinação do dividendo anual obrigatório, bem como dividendos adicionais, correspondente à 100% do lucro ajustado, conforme abaixo:

	2014
Lucro líquido do exercício	560.139
Destinações:	
Reserva legal	(28.007)
Realização de reserva de lucros a realizar (Nota 22.5)	33.405
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)	183.356
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (Nota 12.5)	1.318.215
Soma	**2.067.108**
Reserva estatutária **(*)**	(293.913)
Lucro ajustado do exercício (saldo para distribuição de dividendos)	**1.773.195**
Juros sobre capital próprio já distribuídos	(193.000)
Dividendos obrigatórios complementares	(404.543)
Dividendos adicionais propostos	(1.175.652)
Saldo de lucros acumulados	**–**

(*) De acordo com o inciso IV do artigo 31 do Estatuto Social, a Companhia pode reter até 20% do lucro após a distribuição dos dividendos obrigatórios, a ser deliberado pela assembleia geral.

	2014
Lucro ajustado antes da reserva estatutária	**2.067.108**
Juros sobre capital próprio já distribuídos	(193.000)
Dividendos obrigatórios complementares	(404.543)
Base de cálculo para a reserva estatutária (a)	**1.469.565**
Reserva estatutária (a x 20%)	**293.913**

A soma dos valores distribuídos a título de dividendos e juros sobre o capital próprio representa 100% do Lucro ajustado do exercício, atendendo ao disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e artigo 32 do Estatuto Social da Companhia.

	2014
Lucro líquido do exercício (a)	560.139
Quantidade de ações (b)	327.502.673
Lucro por ação (a/b)	**R$ 1,71033**

	2014
Lucro ajustado do exercício (a)	1.773.195
Quantidade de ações (b)	327.502.673
Lucro por ação (a/b)	**R$ 5,4143**

	2014
Dividendos a distribuir (a)	1.773.195
Quantidade de ações (b)	327.502.673
Dividendo por ação (a/b)	**R$ 5,4143**

Descrição	2014	JCP por Ação		
Destinação de dividendos (a)	**1.773.195**			
Juros sobre capital próprio já distribuídos:				
ON	61.125	R$	0,5599	
PNA	13.887	R$	1,8245	
PNB	117.988	R$	0,5599	
Total de juros sobre o capital próprio (b)	**193.000**			
		Dividendo Obrigatório por Ação		
Saldo a distribuir (c = a - b)	**1.580.195**			
Dividendos obrigatórios complementares:				
ON	138.056	R$	1,2646	
PNA	–	R$	–	
PNB	266.487	R$	1,2646	
Total de dividendos obrigatórios (d)	**404.543**			
Saldo adicional a distribuir (e = c - d)	**1.175.652**	**Dividendo Adicional por Ação**		**Dividendo Total por Ação**
ON	391.884	R$ 3,5897		R$ 5,4143
PNA	27.321	R$ 3,5897		R$ 5,4143
PNB	756.446	R$ 3,5897		R$ 5,4143
Total de dividendos adicionais	**1.175.652**			

23 RECEITA

23.1 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's e Atualização de Preços

A CESP mantém contratos com 35 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados (Nota 1.2). Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Reajustes em 2014

Concessionárias	Mês do Reajuste	Produtos 2007 a 2014	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038	2010 a 2039	Reajuste no ano (%)
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	124,26	130,05	142,66	186,23	175,52	5,59
Ampla	Março	125,12	130,95	143,64	187,52	176,73	5,68
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	126,27	132,16	144,97	189,24	178,36	6,15
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Maio	127,11	133,04	145,94	190,51	179,55	6,28
Cataguazes e Copel	Junho	127,70	133,65	146,61	191,39	180,38	6,37
Celtins e Eletropaulo	Julho	128,21	134,19	147,19	192,15	181,10	6,52
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	128,22	134,20	147,21	192,17	181,12	6,50
Celg	Setembro	128,54	134,54	147,58	192,65	182,57	6,51
Bandeirante, Piratininga e CEEE-D	Outubro	129,27	135,30	148,42	193,75	182,61	6,75
Light	Novembro	129,82	135,87	149,04	194,56	183,37	6,59

Reajustes em 2013

Concessionárias	Mês do Reajuste	Produtos 2006 a 2013	2007 a 2014	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038	2010 a 2039	Reajuste no ano (%)
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	103,55	117,69	123,17	135,11	176,38	166,24	6,15
Ampla	Março	104,18	118,39	123,91	135,92	177,44	167,23	6,31
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	104,67	118,95	124,50	136,56	178,27	168,02	6,59
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Maio	105,24	119,60	125,18	137,31	179,25	168,95	6,49
Cataguazes e Copel	Junho	105,63	120,04	125,64	137,82	179,92	169,57	6,50
Celtins e Eletropaulo	Julho	105,90	120,36	125,97	138,18	180,38	170,01	6,70
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	105,94	120,39	126,01	138,22	180,44	170,06	6,87
Celg	Setembro	106,19	120,68	126,31	138,55	180,87	170,47	7,23
Bandeirante, Piratininga e CEEE-D	Outubro	106,56	121,10	126,75	139,04	181,50	171,07	5,86
Light	Novembro	107,17	121,79	127,48	139,83	182,54	172,04	5,84

23.2 Energia Vendida

Nos quadros a seguir é apresentada a energia vendida no exercício, bem como a quantidade e valores da sua distribuição por classe de consumo e por ambiente de comercialização:

Energia Vendida até 31 de Dezembro	MWh (*) 2014	MWh (*) 2013	R$ Mil 2014	R$ Mil 2013
Fornecimento (1)				
Industrial	8.196.756	7.891.369	1.028.957	926.796
Serviço Público	382.175	358.757	51.369	45.049
	8.578.931	8.250.126	1.080.326	971.845
Suprimento				
Contratos				
Agentes Comercializadores **(2)**	8.551.403	6.443.884	1.118.050	886.356
	8.551.403	6.443.884	1.118.050	886.356
Leilões de Energia (3)				
Produto 2 CCEAR 2006-2013	–	9.461.646	–	968.153
Produto 3 CCEAR 2007-2014	159.978	160.043	19.758	18.599
Produto 4 CCEAR 2008-2015	1.296.619	1.299.155	167.898	158.262
Produto 5 CCEAR 2009-2016	876.201	878.715	124.370	117.311
Produto 6 CCENV 2009-2038	718.320	718.320	133.164	125.305
Produto 7 CCENV 2010-2039	1.296.480	1.296.480	226.600	213.166
Produto CCEAR 2013-2014 12M	3.504.000	–	671.366	–
Produto CCEAR 2013-2014 18M	858.480	–	141.821	–
MCSD (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5)	226.907	222.984	30.526	28.196
	8.936.985	14.037.343	1.515.503	1.628.992
	17.488.388	20.481.227	2.633.553	2.515.348
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (4)				
Energia de Curto Prazo - PLD	2.471.517	2.333.421	1.687.003	849.822
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE	(1.248.581)	1.227.569	(17.070)	19.301
	1.222.936	3.560.990	1.669.933	869.123
Total	**27.290.255**	**32.292.343**	**5.383.812**	**4.356.316**

(1) Refere-se a vendas de energia a consumidores livres, no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

(2) Refere-se ao suprimento de energia às comercializadoras de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

(3) Refere-se ao suprimento de energia às concessionárias de distribuição de energia elétrica, através de Leilões de Energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e Mecanismo de Compensação de Sobras e Diferenças - MCSD.

(4) Inclui os valores de faturamento de energia disponível (PLD e MRE) comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Resumo por Ambiente de Comercialização	MWh (*) 2014	MWh (*) 2013	R$ Mil 2014	R$ Mil 2013	R$/MWh (Médio) 2014	R$/MWh (Médio) 2013
Mercado Livre						
Consumidores Livres	8.578.931	8.250.126	1.080.326	971.845	125,93	117,80
Agentes Comercializadores	8.551.403	6.443.884	1.118.050	886.356	130,74	137,55
	17.130.334	14.694.010	2.198.376	1.858.201	128,33	126,46
Mercado Regulado						
Leilões de Energia	8.936.985	14.037.343	1.515.503	1.628.992	169,58	116,05
Câmara de Comercialização Energia Elétrica - PLD	2.471.517	3.560.990	1.687.003	849.822	682,58	238,65
	11.408.502	17.598.333	3.202.506	2.478.814	280,71	140,86
Total	**28.538.836**	**32.292.343**	**5.400.882**	**4.337.015**	**189,25**	**134,90**

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

	2014	2013
Regime de Cotas	R$ Mil	
UHE Três Irmãos	71.153	60.497
Total	**71.153**	**60.497**

23.3 Receita Operacional Líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

	2014	2013
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas com Energia		
Fornecimento de energia	1.080.326	971.845
Suprimento de energia - Contratos	1.118.050	886.356
Suprimento de energia de leilões	1.515.503	1.628.992
Energia de curto prazo	1.669.933	869.123
	5.383.812	4.356.316
Suprimento de energia regime de Cotas	71.153	60.497
Outras receitas	8.599	3.791
	5.463.564	4.420.604
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(146.172)	(117.862)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(48.474)	(39.095)
Imposto sobre serviços - ISS	(238)	(118)
COFINS sobre receitas operacionais	(339.066)	(295.322)
PIS sobre receitas operacionais	(73.591)	(64.105)
	(607.541)	(516.502)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**4.856.023**	**3.904.102**

24 CUSTOS E DESPESAS

Os custos e despesas são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Natureza dos custos e despesas	Custo com Energia Elétrica	Custo com Operação	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	Outras (despesas) receitas líquidas (Nota 24.2)	Total
2014						
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos	(157.143)	–	–	–	–	(157.143)
Encargos do sistema de transmissão (Nota 26.1)	(385.983)	–	–	–	–	(385.983)
Créditos de COFINS/PIS s/encargos do sistema de transmissão	25.758	–	–	–	–	25.758
Pessoal	–	(56.905)	(124.631)	–	–	(181.536)
Administradores	–	–	(2.238)	–	–	(2.238)
Programa de Incentivo à Aposentadoria	–	(6.294)	–	–	–	(6.294)
Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao plano	–	(8.344)	–	–	–	(8.344)
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19	–	4.935	–	–	–	4.935
Material	–	(8.062)	(3.873)	–	–	(11.935)
Serviços de terceiros	–	(40.814)	(51.564)	–	–	(92.378)
Depreciação	–	(635.995)	(5.190)	–	(1.314)	(642.499)
Taxa de fiscalização - ANEEL/outros encargos	–	–	(20.068)	–	–	(20.068)
Aluguéis	–	–	(7.547)	–	–	(7.547)
Provisão para riscos legais (Nota 21)	–	–	–	(224.773)	(137.905)	(362.678)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (Nota 12.5)	–	–	–	–	(1.997.296)	(1.997.296)
Provisão para perda estimada de créditos	–	–	–	21.030	–	21.030
Reversão de provisão para compromissos socioambientais (Nota 22.1)	–	–	–	–	8.608	8.608
Custos retardatários	–	–	–	–	(18.781)	(18.781)
Outras despesas	–	(1.435)	(11.715)	(1.101)	7.431	(6.820)
Total	**(517.368)**	**(752.914)**	**(226.826)**	**(204.844)**	**(2.139.257)**	**(3.841.209)**
2013						
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos	(183.067)	–	–	–	–	(183.067)
Encargos do sistema de transmissão (Nota 26.1)	(356.242)	–	–	–	–	(356.242)
Créditos de COFINS/PIS s/encargos do sistema de transmissão	27.865	–	–	–	–	27.865
Pessoal	–	(54.915)	(142.607)	–	–	(197.522)
Administradores	–	–	(2.442)	–	–	(2.442)
Programa de Incentivo à Aposentadoria	–	(27.948)	–	–	–	(27.948)
Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao plano	–	(9.768)	–	–	–	(9.768)
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19	–	(25.109)	–	–	–	(25.109)
Material	–	(6.808)	(3.776)	–	–	(10.584)
Serviços de terceiros	–	(37.334)	(65.338)	–	–	(102.672)
Depreciação	–	(675.412)	(5.213)	–	(1.314)	(681.939)
Taxa de fiscalização - ANEEL/outros encargos	–	–	(18.303)	–	–	(18.303)
Aluguéis	–	–	(6.836)	–	–	(6.836)
Provisão para riscos legais (Nota 21)	–	–	–	(73.914)	(324.774)	(398.688)
Provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos (Nota 32)	–	–	–	–	(1.811.718)	(1.811.718)
Provisão para perda estimada de créditos	–	–	–	(12.021)	–	(12.021)
Reversão provisões para compromissos socioambientais (Nota 22.1)	–	–	–	–	101.912	101.912
Custos retardatários	–	–	–	–	(7.364)	(7.364)
Outras despesas	–	(636)	(11.612)	(3.024)	3.864	(11.408)
Total	**(511.444)**	**(837.930)**	**(256.127)**	**(88.959)**	**(2.039.394)**	**(3.733.854)**

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores em milhares de reais)

24.1 Energia Comprada e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão

	2014	2013
Uso da Rede Elétrica (*)		
Conexão - CTEEP	188	189
Rede Básica	385.795	356.053
Total.	385.983	356.242

(*) Encargos de conexão e rede básica decorrentes do uso do sistema de transmissão: valores fixados pelas Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.555 de 27 de junho de 2013 e nº 1758 de 24 de junho de 2014.

24.2 Outras (Despesas) Receitas Líquidas

	2014	2013
Depreciação de bens não vinculados	(1.314)	(1.314)
Reversão/(Provisões) ações de desapropriações - empresas cindidas **(a)**	259.272	(129.298)
Reversão/(Provisões) ações cíveis	(96.939)	(130.613)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (Nota 12.5)	(1.997.296)	–
Provisão ativo contingente (Nota 30)	–	(1.811.718)
Provisões ações ambientais	(300.238)	(64.863)
	(2.135.201)	(2.136.492)
Custos retardatários (proteção de encostas de reservatórios) **(b)**	(18.781)	(7.364)
Despesas com convênios	(5.114)	(3.988)
Ganho/(perda) na alienação de bens e direitos	7.808	6.118
Reversões (Provisões) para compromissos socioambientais (Nota 22.1)	8.608	101.912
Outras (despesas) receitas líquidas	4.737	1.734
	(2.139.257)	**(2.039.394)**

(a) Pelo protocolo de Cisão Parcial da CESP, as obrigações referentes a ações de desapropriações anteriores a 31 de março de 1999, das Usinas incorporadas pelas empresas cindidas, são de responsabilidade da Companhia (Nota 19.7).

(b) Os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, a partir do exercício de 2009 deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 12.1).

25 RESULTADO FINANCEIRO

	2014	2013
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras	185.670	67.626
Atualização de quotas subordinadas - FIDC (Nota 10)	8.660	6.725
Atualização de créditos/recebíveis - DAEE	–	1.689
Atualização sobre compra de moeda estrangeira	63.113	45.468
Atualização de depósitos judiciais e tributos compensáveis	750	9.068
Outras	821	508
	259.014	131.084
Despesa		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira	(47.243)	(79.089)
Moeda nacional	(104.402)	(119.812)
	(151.645)	(198.901)
Outras		
Encargos e atualização sobre tributos e contribuições sociais/outros	(134)	(1.014)
Juros e atualização do contrato ELETROBRÁS	–	(4.969)
Atualização de cessão de créditos recebíveis de energia	–	(4.219)
Imposto sobre operações financeiras	(357)	(999)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(14.157)	(20.515)
Atualização TAC (nota 20.1)	(265)	(1.197)
Despesas com operações financeiras - FIDC	(765)	(1.862)
Atualização P&D - projetos	(8.241)	(5.687)
Desconto contrato de clientes	(2.836)	(4.181)
Outros encargos	(4.261)	(15.385)
	(31.016)	(60.028)
	(182.661)	(258.929)
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda nacional	(125.992)	(132.430)
Moeda estrangeira	(82.645)	(161.807)
	(208.637)	(294.237)
	(391.298)	(553.166)
Resultado Financeiro.	**(132.284)**	**(422.082)**

26 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - RESULTADO

A Companhia apura mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação, bem como as variações cambiais líquidas (positivas/negativas) sobre empréstimos e financiamentos, face à opção pelo regime de caixa para tributação dessas variações.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável.

	2014		2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição social (CSLL)	**882.530**	**882.530**	**(251.834)**	**(251.834)**
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(220.609)	(79.428)	62.983	22.665
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Dividendos recebidos	2	1	1	1
Juros sobre o capital próprio	48.250	17.370	49.000	17.640
Ajuste de créditos diferidos (complemento)	16.337	(15.059)	43.335	17.339
Outros	(42.930)	(1.214)	17.661	(1.350)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais não constituídos	(33.170)	(11.941)	(127.049)	(45.738)
Receita/(Despesa) contabilizada.	**(232.120)**	**(90.271)**	**45.931**	**10.557**
Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:				
Corrente	(553.966)	(205.537)	(303.234)	(115.778)
Diferido (Nota 11)	321.846	115.266	349.165	126.335
Total no resultado	**(232.120)**	**(90.271)**	**45.931**	**10.557**
Alíquota Efetiva	26,3%	10,2%	18,2%	4,2%

Conforme descrito na Nota 11, a Companhia está limitada à projeção de lucros tributáveis futuros para reconhecimentos adicionais de créditos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias. As diferenças entre as alíquotas nominais e efetivas decorrem da limitação para novos reconhecimentos, bem como das adições/exclusões permanentes.

26.1 Lei nº 12.973/2014 (MP nº 627/2013) - Alterações na Legislação Tributária Federal

Em seu artigo 72, a Lei nº 12.973/2014, estabeleceu que "os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, não ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte".

Como a legislação não faz referências à tributação dos lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir de 1º de janeiro de 2014, entende-se que estes, se distribuídos em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte.

O artigo 75 da mencionada Lei estabelece que "A pessoa jurídica poderá optar pela aplicação das disposições contidas nos artigos 1º, 2º, 4º a 70 desta Lei para o ano-calendário 2014". Note-se que o artigo 72 ficou fora da opção, portanto, independente da opção, as condições do parágrafo anterior serão aplicadas.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973/14 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de dezembro de 2014, inclusive quanto aos limites de lucros ou dividendos mencionados acima, o que a levou a reconsiderar posição anterior, e não se valer da opção do artigo 75 da Lei nº 12.973.

27 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa: a composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota explicativa nº 5. As transações que não envolvem caixa são:

Descrição	2014	2013
Itens que não afetaram o caixa:		
Dividendos propostos (a pagar)	404.543	401.543
	404.543	401.543

28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Em 31/12/2014, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2014	2013
Ativos Financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Consumidores e revendedores (Nota 6)	337.207	366.167
Energia livre/CCEE (Nota 6)	85.854	164.028
	423.061	**530.195**
Valor justo por meio do resultado		
Quotas Subordinadas - FIDC (Nota 10)	81.197	77.037
	504.258	**607.232**
Passivos Financeiros		
Avaliados ao Custo amortizado		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 13)	1.755.064	1.762.793
FIDC (Nota 14)	559.342	784.444
	2.314.406	**2.547.237**

28.1 Índice de Endividamento (Liquidez)

Índice de Endividamento	2014	2013
Empréstimos + Financiamentos + FIDC	2.314.406	2.547.237
Caixa e equivalente de Caixa (Nota 5)	(2.427.852)	(839.649)
Dívida Líquida	**(113.446)**	**1.707.588**
Patrimônio Líquido	8.629.077	9.317.386
Índice de Endividamento Líquido	**-1,3%**	**18,3%**

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao exercício remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento. A Companhia está cumprindo todos os *covenants* requeridos pelas instituições financeiras ou outros credores.

	Vencimentos				
	1 ano	2 anos	5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014					
Empréstimos e Financiamentos	1.149.797	140.415	463.612	1.240	1.755.064
FIDC	290.626	206.470	62.246	–	559.342
	1.440.423	**346.885**	**525.858**	**1.240**	**2.314.406**
Em 31 de dezembro de 2013					
Empréstimos e Financiamentos	193.781	1.033.848	533.812	1.352	1.762.793
FIDC	287.708	258.415	238.321	–	784.444
	481.489	**1.292.263**	**772.133**	**1.352**	**2.547.237**

28.2 Risco de Taxa de Câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 31 de dezembro de 2014, o saldo total da conta de empréstimos e financiamentos, incluindo encargos incorridos até a data, montava a R$ 712.029 (R$ 762.923 em 31/12/2013) referentes a captações em moeda estrangeira, exclusivamente dólar norte-americano.

	Em milhares de Reais Saldo Contábil	
Passivos	2014	2013
Empréstimos e Financiamentos		
Dólar Americano - US$ (Nota 13)	712.029	762.923
Total	**712.029**	**762.923**

Análise de sensibilidade do Risco de Taxa de Câmbio

A CESP considera que o risco de estar passiva em moeda estrangeira é a elevação da cotação do dólar-norte americano (PTAX) na data do vencimento de cada parcela dos contratos de empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira, que impactam as despesas financeiras do exercício.

Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, para determinação dos efeitos da variação desfavorável nas taxas de câmbio, a Companhia adotou os cenários de variações negativas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% e 50% sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação dos cenários provável, possível e remoto.

Moedas		Apreciação da Taxa em	
	Previsão	25%	50%
Dólar Americano: US$/R$	2,71	3,39	4,07

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais na saída de caixa no curto prazo (janeiro a dezembro/2015), com base no serviço da dívida a pagar, incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, deduzindo o montante contabilizado no curto prazo da atual demonstração contábil, conforme a tabela abaixo:

		Em milhares de Reais		
Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos em US$	Apreciação do US$	3.470	47.162	90.855

A Companhia teria em decorrência da variação cambial projetada, um decréscimo na saída de caixa no período de janeiro a dezembro/2015 de R$ 3.470 no cenário provável, de R$ 47.162 no cenário possível e de R$ 90.855 no cenário remoto.

Com base na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31/12/2014, a Companhia, adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 31/12/2015 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Impacto sobre Saldo Devedor		Projeção para 31/12/2015		
Passivos	Saldo em 31/12/2014	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos				
Dólar Americano - US$	712.029	726.451	908.063	1.089.676
Total	**712.029**	**726.451**	**908.063**	**1.089.676**

28.3 Risco de Taxa de Juros/Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía R$ 2.289.036, captados a taxas variáveis de juros e/ou indexados a taxas de inflação, e R$ 25.370 captados a taxas fixas:

	Em milhares de Reais Saldo Contábil	
Passivos Vinculados às taxas:	31/12/2014	31/12/2013
Moeda Nacional	**1.602.377**	**1.784.314**
CDI	559.342	784.444
IGP-M	–	2.898
IPC-A	978.205	916.819
TJLP	39.460	49.595
Taxa Fixa	25.370	30.558
Moeda Estrangeira	**712.029**	**762.923**
UMBNDES	710.737	728.433
LIBOR	1.292	1.527
Taxa Fixa	–	32.963
Total	**2.314.406**	**2.547.237**

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e inflação

A CESP considera que o risco de estar passiva em contratos que, além de taxa fixa e *spread*, tenham custos com indexadores variáveis (atualizados com taxas de juros pós-fixadas ou taxas de inflação), é a elevação destes índices e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo, captado em moeda nacional e estrangeira.

A Companhia agrupou o passivo por indexador contratado e elaborou análise de sensibilidade, em consonância com a Instrução CVM nº 475/08 e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, utilizando neste passivo o cenário divulgado no relatório Focus (Bacen) de 02/01/2015. No passivo em moeda estrangeira foi considerada a conversão para reais com a mesma paridade de fechamento do presente demonstrativo, para refletir apenas as alterações de cenários de taxas de juros.

		Taxa % ao ano	
Índices	Previsão	Apreciação da Taxa em 25%	50%
CDI	12,47	15,59	18,71
IPC-A	6,56	8,20	9,84
TJLP	5,50	6,88	8,25
UMBNDES	4,08	5,10	6,12
LIBOR	0,50	0,63	0,75

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar no curto prazo (janeiro a dezembro/2015), incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas demonstrações contábeis, conforme a tabela abaixo:

		Em milhares de Reais		
Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Vinculados às taxas:				
Moeda Nacional	Variação do CDI	1.180	5.205	9.193
	Variação do IPC-A	(2.907)	(1.555)	(203)
	Variação da TJLP	–	140	241
Moeda Estrangeira	Variação da UMBNDES	–	7.561	15.367
	Variação da LIBOR	–	4	8
Total		**(1.727)**	**11.355**	**24.606**

A Companhia, em decorrência da variação dos índices projetados, teria um decréscimo na saída de caixa de R$ 1.727 no cenário provável, e um acréscimo de R$ 11.355 no cenário possível e R$ 24.606 no cenário remoto, comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo.

Com base na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31/12/2014, a Companhia adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 31/12/2015 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

		Projeção para 31/12/2015		
Risco	Saldo em 31/12/2014	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Variação do CDI	559.342	305.670	315.199	324.729
Variação do IPC-A	978.205	–	–	–
Variação da TJLP	39.460	–	–	–
Sem Risco	25.370	20.213	20.213	20.213
Variação da UMBNDES	710.737	571.618	577.451	583.285
Variação da LIBOR	1.292	1.123	1.124	1.126
	2.314.406	**898.624**	**913.987**	**929.353**

28.4 Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; e (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento. Em 31 de dezembro de 2014 a Administração da Companhia entende que não existem situações de exposição de risco de créditos que pudessem afetar, de forma significativa, suas operações e resultados futuros.

28.5 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

(a) Política financeira adotada pela Companhia

A Companhia não adota a política de utilizar-se de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia tem uma dívida aproximada de R$ 2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2014, grande parte reestruturada com instituições financeiras nacionais e internacionais nos últimos anos. Nesse processo de reestruturação, a principal estratégia utilizada pela Companhia para o monitoramento de riscos futuros foi a de substituir grande parte da dívida em moeda estrangeira por dívida em moeda nacional, com o objetivo de reduzir sua exposição cambial ocorrida no passado.

(b) Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser levadas ao Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia.

(c) Operações de derivativos

A Companhia não contratou nenhuma operação de derivativos até 31 de dezembro de 2014.

28.6 Valoração dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro 2014 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valoração/avaliação:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

(b) Valores a Receber

Energia Livre (RTE) e Energia de Curto Prazo: esses créditos decorrem basicamente do saldo de energia livre referente o racionamento do exercício de 2001 e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e foram registrados e valorados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valoração na data destas informações intermediárias.

(c) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.

(d) Empréstimos, Financiamentos e FIDC

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, além disso, possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

Nas operações específicas do setor elétrico, financeiras subsidiadas e de renegociação, sem similar no mercado e com pouca liquidez, a Companhia assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas com diversas instituições financeiras. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais, como segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
Passivos	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Moeda Nacional				
Medium Term Notes	(978.205)	(979.550)	(916.819)	(920.602)
FIDC	(559.342)	(559.829)	(784.444)	(785.733)
Total	**(1.537.547)**	**(1.539.379)**	**(1.701.263)**	**(1.706.335)**

continua

CESP Companhia Energética de São Paulo

CESP - Companhia Energética de São Paulo

CNPJ 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta
http://www.cesp.com.br

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores em milhares de reais)

29 SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

			Em milhares de Reais	
Tipo	**Seguradora**	**Cobertura**	**Vencimento**	**Valor Segurado**
D&O - Seguro de Administradores	Zurich Minas BrasilSeguros S/A	Responsabilidade civil - D&O	04/2015	2.000
Vida - APC	Sul América Seguros S/A	Indenização por morte ou invalidez permanente de empregados	10/2015	3.600
Riscos Patrimoniais	Nobre Seguradora S/A	Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração das Usinas	11/2015	1.265.600

Observação: O escopo dos trabalhos dos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

30 ATIVO DISPONÍVEL PARA REVERSÃO

O Ministério de Minas e Energia - MME, na condição de Poder Concedente e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL publicaram os seguintes documentos relativos à UHE Três Irmãos:

- Portaria MME nº 32, de 5 de março de 2013 - Define os montantes de garantia física de energia da usina em 217,5 MW (megawatts) médios.
- Portaria MME nº 117, de 5 de abril de 2013 - Aprova os termos e as condições para a prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio de usina hidrelétrica, cuja concessão não tenha sido prorrogada nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, com vistas a garantir a continuidade do serviço.
- Portaria MME nº 125, de 17 de abril de 2013 - Designa a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica da usina. Define que a Prestação do Serviço dar-se-á até a assunção do concessionário vencedor da licitação. Estabelece o Custo da Gestão dos Ativos de Geração - GAG, o qual será utilizado para a definição da Receita Anual de Geração - RAG inicial, bem como aplica à Prestação do Serviço a legislação e a regulamentação relativas à exploração de potenciais hidráulicos, para fins de geração de energia elétrica em regime de cotas.
- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.518 de 30 de abril de 2013 - Define a Receita Anual de Geração - RAG da usina para o exercício de 18 de abril a 30 de junho de 2013.
- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013 - Define a alocação de cotas de garantia física da usina, que deverão ser contratadas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica a partir de 18 de abril de 2013.
- Portaria MME nº 214, de 14 de junho de 2013, alterada pela Portaria MME nº 33, de 28 de janeiro de 2014 - Determina que a ANEEL deverá promover em março de 2014, direta ou indiretamente, Leilão para Licitação de Concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos e consequente alocação em cotas de sua Garantia Física de Energia e de Potência.

Decorrente dos dispositivos acima e, em especial, da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013, em 17 de abril de 2013 ocorreu o término da exploração econômica da UHE Três Irmãos pela venda de sua garantia física de energia pelo regime de preço. A Companhia depreciou a usina até abril de 2013 e a reclassificou pelo valor residual contábil do ativo imobilizado, no valor de R$ 3.529.080, para a rubrica "Ativo Disponível para Reversão", que será utilizado para confrontar com o valor da indenização por parte do Poder Concedente.

Em 1º de novembro de 2012, o Ministério das Minas e Energia - MME, em conjunto com o Ministério da Fazenda - MF, publicou a Portaria Interministerial nº 580, alterada pela Portaria Interministerial nº 602, de 29 de novembro de 2012, e revisada pela Nota Técnica da Empresa de Pesquisa Energética - EPE nº EPE-DEE-NT-100/2013-r0, de 9 de setembro de 2013 e Ofício ANEEL nº 126/2013-DR/ANEEL, definindo o valor da indenização da UHE Três Irmãos em R$ 1.717.362, depreciada até março/2013 (valores referidos a junho/2012).

No quarto trimestre de 2013 foram realizadas diversas reuniões com a participação da Administração e técnicos da Companhia com o Ministério de Minas e Energia - MME e com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Foram discutidos detalhadamente a composição dos valores da usina pelos cálculos da CESP e EPE e esgotados os entendimentos na esfera administrativa.

A Administração da Companhia entende que é seu direito receber o montante registrado e de acordo com os termos de seu Contrato de Concessão, continuará a discuti-lo judicialmente. Dada a existência de um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu provisão, em dezembro de 2013, de R$ 1.811.718 mil (valor controverso), ajustando o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente (valor incontroverso):

Indenização da Administração	3.529.080
Provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos (a)	(1.811.718)
Valor líquido (incontroverso)	**1.717.362**

Composição da provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos	Demonstração do Resultado		Patrimônio Líquido
	Provisão	**Imposto de renda e Contribuição social Diferidos**	**Realização do Ajuste de avaliação patrimonial**
Parcela do ativo regulatório	547.520	–	–
Parcela da mais valia (IFRS)	1.264.198	429.827	834.371
Provisão ativo contingente	**1.811.718**	**429.827**	**834.371**

Em 27 de março de 2014, o Ministério das Minas e Energia - MME, em conjunto com o Ministério da Fazenda - MF, publicou a Portaria Interministerial nº 129, definindo o valor da indenização em R$ 1.717.362 (referido a junho/2012) e o respectivo pagamento em parcelas mensais, no prazo de 7 anos e carência mínima de 90 dias para efetuar o primeiro pagamento. Condicionou o pagamento ao envio pela CESP de declaração constante no Anexo I da Portaria para recebimento da indenização. No entanto, o envio da declaração implicaria no reconhecimento, por parte da Companhia, de que o valor de indenização estabelecido no Anexo I era suficiente para a cobertura do montante da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão nele indicada ou à forma de recebimento da indenização de que tratava esta Portaria.

Em 7 de abril de 2014 a Companhia enviou ofício para o Ministério das Minas e Energia - MME, manifestando OPOSIÇÃO à Portaria Interministerial nº 129/MME/MF em relação a (i) o valor de indenização a ser paga referente à UHE Três Irmãos; (ii) o pagamento da indenização em parcelas mensais, a ser efetuado no prazo de 7 anos; e (iii) o dever de firmar declaração que implica em reconhecimento, por parte da CESP, de que o valor estabelecido na Portaria é suficiente para a cobertura do montante da parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão ou à forma de recebimento da indenização.

Em 9 de julho de 2014, a Companhia ingressou na Justiça Federal, em Brasília, com Ação de Procedimento Ordinário com Pedido de Tutela Antecipada, em face da União, pleiteando o recebimento de indenização pelos investimentos ainda não amortizados, em vista da reversão dos bens e instalações da Usina Três Irmãos.

Nos autos da ação judicial, em despacho datado de 29 de julho de 2014, o juízo indeferiu o pedido liminar requerido pela CESP, voltado ao pagamento imediato de valor incontroverso, que monta a R$ 1,7 bilhão. A CESP adotou medidas para reverter a decisão por meio do recurso cabível e em 28 de novembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, em parte, a liminar pleiteada, para suspender a cláusula de renúncia (parágrafo único, artigo 3° da Portaria MME/MF nº 129/2014, de 28/03/2014), e determinando que a União processe o requerimento administrativo de pagamento do valor incontroverso, sem prejuízo da discussão judicial do montante total devido.

Quanto à operação da usina, em 28 de março de 2014, ocorreu o leilão para definição do novo operador da UHE Três Irmãos. O objeto do certame foi apenas a usina; sendo que o Canal de Pereira Barreto e as eclusas ficaram fora da disputa. A licitação foi vencida pelo Consórcio Novo Oriente, composto por um fundo de investimentos e Furnas, posteriormente denominado TIJOÁ Participações e Investimentos S/A, com deságio de R$ 0,87 em relação ao teto estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (R$ 31.623.036,87). No entanto, na mesma data, o Tribunal de Contas da União - TCU, através de medida cautelar, suspendeu o resultado do leilão e determinou que a ANEEL não celebrasse o contrato de concessão com os vencedores do certame enquanto analisava os impactos e repercussões desta separação operacional.

Em 9 de abril de 2014, em reunião plenária, o Tribunal de Contas da União - TCU manteve a decisão que suspendeu a assinatura do contrato referente ao leilão da UHE Três Irmãos, até que o órgão julgasse o processo. Em 20 de agosto de 2014, o TCU autorizou a assinatura do contrato de concessão porque o governo apresentou proposta de que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT assumiria a responsabilidade de operar a eclusa e o canal, mediante contrato a ser celebrado.

Em 10 de setembro, com interveniência do Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla e de Furnas Centrais Elétricas S/A, a TIJOÁ Participações e Investimentos S/A assinou com o Ministério de Minas e Energia - MME, o contrato de concessão para geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Três Irmãos, com 30 dias de operação assistida e com início de vigência em 10 de outubro de 2014, pelo prazo de 30 anos. Portanto, desde 10 de outubro de 2014, a responsabilidade pela concessão da UHE Três Irmãos é da TIJOÁ Participações.

Em 1º de outubro, a CESP assinou com a TIJOÁ Participações, contrato de prestação de serviços de operação e manutenção na UHE Três Irmãos e instalações associadas com prazo de duração de 6 meses, a contar do início da vigência em 10 de outubro de 2014, cujo objetivo é viabilizar a assunção, pela TIJOÁ, da operação completa, de forma ordenada.

Em 16 de outubro, a TIJOÁ Participações assinou com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, contrato para operação e manutenção das eclusas de Três Irmãos e do Canal de Pereira Barreto, no Rio Tietê, no Estado de São Paulo.

31 EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Em 15 de janeiro de 2015, a Companhia resgatou a totalidade de suas Notas de Médio Prazo - Bônus Série 8. Esse resgate foi realizado utilizando-se da geração de caixa operacional da Companhia, e representou a redução de, aproximadamente, 42% da dívida financeira em 31.12.2014 (Nota 15).

b) Em 18 de março de 2015, o Ministério das Minas e Energia - MME enviou Ofício nº 076/2015-SPE-MME, informando que as UHEs Ilha Solteira e Jupiá serão licitadas e solicitou manifestação de interesse pela Companhia, no prazo máximo de quinze dias, para permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica, por meio das referidas Usinas Hidrelétricas, até que o vencedor da licitação assuma a concessão. Em 26 de março de 2015, a CESP enviou o Ofício OF/P/463/2015 solicitando prorrogação do prazo para 30 dias e previsão da data dos certames licitatórios dessas usinas.

DIRETORIA

MAURO GUILHERME JARDIM ARCE
PRESIDENTE

ALMIR FERNANDO MARTINS
DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

MÁRCIO REA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

MITUO HIROTA
DIRETOR DE GERAÇÃO, acumulando a DIRETORIA DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

MAURO MARQUES
GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - CONTADOR - CRC - 1SP253079-O-1

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES

CONSELHEIROS

ADRIANO JOSÉ PIRES RODRIGUES
CLÓVIS LUIZ CHAVES
MARCO ANTÔNIO MROZ
RENATO AUGUSTO ZAGALLO VILLELA DOS SANTOS
ANDREA SANDRO CALABI
FERNANDO CARVALHO BRAGA
MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA
RICARDO ACHILLES
CARLOS PEDRO JENS
MARCO ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE
MAURO GUILHERME JARDIM ARCE
VALTER NEI RIBEIRO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP - Companhia Energética de São Paulo, dando cumprimento ao que dispõem os incisos I, II, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Normas, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM compreendendo: Balanços Patrimoniais, Demonstrações do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Proposta da Administração para destinação do resultado, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Parecer dos Auditores Independentes, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 27 de março de 2015

Anna Paula Dorce Armonia — Davidson Campaneli — Emília Ticami — Hélio Pilnik — Manuel Jeremias Leite Caldas

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da CESP - Companhia Energética de São Paulo, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.933.603/0001-78, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros da
CESP - Companhia Energética de São Paulo
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESP - Companhia Energética de São Paulo em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de março de 2015

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC-1SP132776/O - 3-T-SC-S-SP